

## **Promoção de saúde bucal de crianças e adolescentes: experiência interdisciplinar no programa saúde na escola**

## **Oral health promotion of children and adolescents: interdisciplinary experience on health program in school**

### **Relato de Experiências Profissionais**

Andréia Poschi Barbosa Torales<sup>1</sup>  
Igor Soares Vieira<sup>2</sup>  
Cristiane Costa da Cunha Oliveira<sup>3</sup>

### **Resumo**

O objetivo desse estudo foi apresentar o relato de experiência interdisciplinar com metodologia de intervenção grupal e avaliação de risco em saúde bucal no Programa Saúde nas Escolas em Aracaju, durante o período de março a junho de 2012. Participaram 351 alunos de duas escolas municipais. A proposta foi desenvolvida em três etapas: intervenção grupal, avaliação de risco em saúde bucal e atividades educativas participativas. A intervenção grupal foi determinante para obtenção de menor resistência e aceitação por parte dos alunos à avaliação em saúde bucal. Os resultados da avaliação bucal apontaram que a maioria dos escolares participantes foi classificada com risco alto para doenças bucais, independentemente do sexo, faixa etária ou da escola. A experiência interdisciplinar relatada foi uma ferramenta fundamental para inclusão de crianças e adolescentes em atividades de promoção, prevenção e atenção à saúde. Sugere-se continuidade do programa para mudança na situação de saúde dos escolares.

**Palavras-chave:** Promoção da Saúde; Interdisciplinaridade; Intervenção Grupal.

### **Abstract**

The aim of this study was to present the report of the interdisciplinary experience with the methodology of group intervention and risk evaluation in oral health within the Health Program in Schools of Aracaju from March to June 2012. 351 students from two municipal schools participated. The proposal was developed in three stages: group intervention, risk evaluation in oral health, and participatory educational activities. The group intervention was crucial for obtaining lower resistance and acceptance by the students in relation to the evaluation in oral health. The results of the oral evaluation suggest that most students were classified as high risk for oral diseases, regardless of sex, age, or school. The reported interdisciplinary experience was an essential tool for the inclusion of children and adolescents in activities of health promotion, prevention, and care. Continuity of the program is suggested for the change in the health situation of the students.

**Keywords:** Health Promotion; Interdisciplinarity; Group Intervention.

---

<sup>1</sup> Psicóloga, Especialista em Psicologia Organizacional, Mestranda em Saúde e Ambiente – Universidade Tiradentes – UNIT – Sergipe, Av. Murilo Dantas, 300, Prédio do ITP, Bairro Farolândia, CEP. 49032-490, Aracaju - SE. Telefone: (079) 9995-7142, E-mail: andreiaaposchi@msn.com

<sup>2</sup> Psicólogo, Mestrando em Saúde e Ambiente - Universidade Tiradentes – UNIT - Sergipe;

<sup>3</sup> Doutora em Saúde Coletiva, Professora do curso de Odontologia/Professora do Mestrado em Saúde e Ambiente - Universidade Tiradentes – UNIT – Sergipe e Pesquisadora do Instituto de Tecnologia e Pesquisa – ITP.

## INTRODUÇÃO

O Programa Saúde na Escola (PSE) foi instituído em 2007 sendo resultado da parceria entre os ministérios da Saúde e da Educação, decreto nº 6286/07. Esse programa tem como finalidade reforçar a prevenção à saúde dos alunos brasileiros e construir uma cultura de paz nas escolas, estando estruturado em blocos, incluindo a avaliação das condições de saúde, saúde bucal e a avaliação psicológica do estudante, além da abordagem de prevenção e promoção da saúde (Brasil, 2007).

O PSE implica compromisso e corresponsabilidade, tendo os serviços de saúde, a escola e a comunidade como parceiros. Este programa visa a otimizar recursos locais para consolidar união entre setores e instituições, priorizando o desenvolvimento de ações de prevenção, proteção da saúde e promoção do bem estar comum (Moretti et al., 2010).

O PSE em Aracaju foi delineado pela Secretaria Municipal de Aracaju, por meio da elaboração de projeto. As propostas deste pautam sobre a avaliação da saúde bucal e ações de promoção da saúde com previsão de parcerias para execução dessas ações (Sergipe, 2008). A parceria realizada entre o PSE e o curso de odontologia da Universidade Tiradentes (UNIT) se iniciou em 2011, com desenvolvimento de educação em saúde e avaliação em saúde bucal, por meio de atividades práticas. Observou-se em realizações práticas, desenvolvidas no primeiro semestre, que as crianças e adolescentes possuíam certa resistência quando o assunto era sobre saúde bucal e o profissional cirurgião-dentista. No entanto, a intervenção grupal surgiu como uma ferramenta importante para o diálogo entre os escolares e psicólogos sobre suas dúvidas, receios e a importância de cuidados especiais com a boca. Esse tipo de intervenção é uma metodologia participativa que facilita a aproximação das vivências do grupo, viabilizando a busca de soluções para os problemas de saúde bucal de forma interdisciplinar (Santos & Assis, 2006).

Um estudo desenvolvido em Aracaju, com 42 representantes da comunidade Farolândia,

mostrou como é eficaz a utilização de metodologia participativa para diagnosticar os problemas de saúde (Santa Rosa, Vargas, Melo, & Oliveira, 2010). Algumas pesquisas com experiências de intervenção grupal do comportamento têm demonstrado que essa prática pode gerar bons resultados em programas de saúde e melhoria do apoio social (Peterson, 2007; Santos, Da Ros, Crepaldi, & Ramos, 2006). A escolha da utilização de metodologia participativa no Programa de Saúde na Escola, no município de Aracaju, incluiu a saúde bucal numa proposta interdisciplinar e de intervenção grupal para que pudesse exercer papel facilitador na aprendizagem dos conceitos e de apoio social entre os participantes (Silveira, Oliveira, Vescovi, Feres, & Baptistini, 2008). Desta forma, o objetivo foi apresentar o relato de experiência interdisciplinar com metodologia de intervenção grupal e avaliação de risco em saúde bucal no Programa Saúde nas Escolas, no município de Aracaju no período de março a junho de 2012.

## METODOLOGIA

Esse estudo foi realizado em duas escolas municipais da rede de ensino de Aracaju, Sergipe, cadastradas no Projeto Saúde nas Escolas (PSE), desenvolvido pela Secretaria de Saúde do Município de Aracaju, sendo a Universidade Tiradentes (UNIT) parceira para avaliação e intervenções em saúde. As escolas participantes para intervenção, no primeiro semestre de 2012, foram indicadas pela Secretaria Municipal de Saúde obedecendo ao cronograma do programa. Neste artigo foram denominadas de escola Alfa e escola Beta por motivos éticos.

Por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, obteve-se autorização das escolas para execução da avaliação em saúde e uma equipe de profissionais foi composta para essa demanda, sendo formada por dois psicólogos, duas cirurgiãs-dentistas (professoras universitárias), vinte e nove acadêmicos do curso de odontologia da UNIT, duas cirurgiãs-dentistas e duas auxiliares de saúde bucal da

Estratégia de Saúde da Família do município de Aracaju. Os escolares participantes do projeto que receberam atendimento totalizaram 351 alunos sendo que na escola Alfa foram atendidos 248 alunos do primeiro ao nono ano e na escola Beta 103 alunos do sexto ao nono ano. As intervenções foram realizadas duas vezes na semana no turno da tarde. Os alunos do 1º ao 5º ano da escola Beta estudam no turno da manhã, sendo esta a razão por não terem sido contemplados com a intervenção e avaliação em saúde bucal.

O trabalho envolveu três momentos: a primeira etapa denominada de intervenção grupal foi conduzida pela concepção de grupo operativo de Pichon-Rivière, que consiste em um trabalho com grupos, cujo objetivo é promover um processo de aprendizagem, abertura para as dúvidas e para novas inquietações. Esta etapa consistiu na realização de oficinas, sendo estas desenvolvidas em sala de aula com a participação em média de 25 alunos e com duração de 1 hora. Por meio da apresentação de *slides* contendo figuras ilustrativas, originou-se a discussão em que foram privilegiadas as temáticas relacionadas à higiene pessoal, cuidados com o corpo, com a vestimenta e com a higiene oral. A exposição dos temas pelos psicólogos por meio de perguntas lançadas ao grupo, por exemplo, “o que posso fazer para conservar meu corpo limpo?”, “como devo me vestir para ir à escola?”, “qual o significado da higiene oral para você?”, “o que fazer para evitar a pediculose?” proporcionou discussões com os alunos acerca da necessidade de cuidar da saúde bucal e realizar higiene pessoal para uma vida escolar e familiar mais saudável. Os alunos de forma participativa realizavam questionamentos que estavam relacionados ao medo do dentista, aos procedimentos que seriam realizados por este profissional e histórias relatadas pelos alunos como, por exemplo, a perda dos dentes por parte de seus pais, a mesma escova de dente sendo compartilhada pelos irmãos e o não acompanhamento dos pais na escovação dos seus filhos. Para finalizar esta etapa, foram fornecidas aos escolares as orientações sobre

as dúvidas levantadas por eles e as principais atitudes para manter uma boa saúde bucal e higiene pessoal, tais como, escovar os dentes três vezes ao dia, usar fio dental, visitar o dentista regularmente, desmistificando os receios e resistências na procura deste profissional, assim evitando-se a cárie, doenças e no caso da higiene pessoal também as pediculoses.

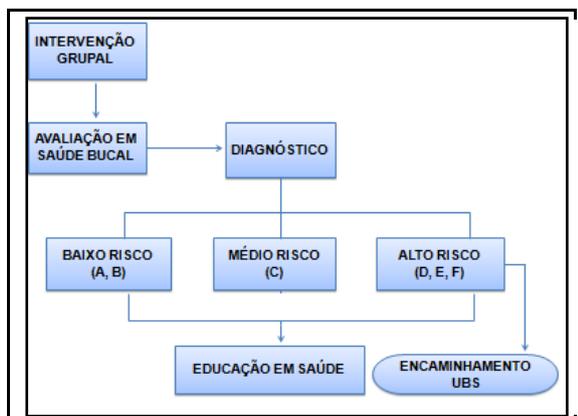
Após a participação dos alunos sobre o tema em questão, estes eram encaminhados para a biblioteca onde os acadêmicos em odontologia aguardavam para realização da avaliação em saúde bucal, com acompanhamento das professoras supervisoras do projeto. Os psicólogos permaneciam no ambiente, para organizar o atendimento, de forma que o grupo a ser atendido não ultrapassasse oito alunos no local de realização dos exames e contribuir no processo de avaliação bucal minimizando os receios, dúvidas e tensões por parte dos escolares. Os professores das escolas participantes estiveram presentes todo o tempo, durante a realização das atividades.

A segunda etapa caracterizou-se pela avaliação em saúde bucal, na qual os acadêmicos (examinador e anotador) foram divididos em grupos de 04 para realização dos exames bucais. Utilizaram-se materiais como espátula de madeira descartável, gorros, máscaras e luva de procedimento. As anotações eram feitas em fichas clínicas de avaliação e os códigos de classificação utilizados foram: A=nenhuma alteração; B=dentes restaurados sem gengivite e sem placa bacteriana; C=presença cárie crônica; D=presença de gengivite e placa bacteriana; E=cárie aguda; F=presença de dor ou abscesso. O encaminhamento do aluno à unidade básica de saúde era feito quando o código estava classificado em D, E e F (alto risco de cárie dentária) através de documento protocolado para a unidade de saúde do bairro de residência da criança. Este encaminhamento era entregue somente à coordenação da escola para que fosse enviado para os responsáveis para agendamento na unidade básica de saúde

e para evitar situações de constrangimentos aos alunos encaminhados.

Na última etapa, os acadêmicos realizaram intervenções em educação e saúde com 11 turmas contendo em média 32 alunos nas duas escolas, com duração de 40 minutos e os temas abordados foram: a) alimentação saudável, desenvolvida por meio da utilização de um jogo educativo denominado de pirâmide alimentar; b) higiene bucal e importância dos dentes, através da utilização do vídeo do doutor dentuço, o uso de macro-modelos e dinâmicas com perguntas e respostas quando as crianças eram premiadas com brindes; c) conscientização sobre o risco de cárie e doença periodontal, por meio de teatros e demonstração de álbum seriado de figuras que identificam as etapas de progressão da doença periodontal e cárie dentária.

A Figura descrita mostra as etapas de intervenções que foram desenvolvidas nas duas escolas municipais.



Legenda: Código A, B, C, D, E e F = Fatores de risco para doenças bucais.

**Figura – Fluxograma de intervenção em escolas municipais de Aracaju/Sergipe, 2012/1**

Foi realizada análise de distribuição de frequência e análise bivariada da variável dependente risco da criança para saúde bucal com as variáveis: faixa etária, sexo e escolas. Foi utilizado o teste qui-quadrado para verificar diferença entre os grupos de acordo com o risco e as demais variáveis independentes e o teste de correlação de Spearman (rs) para verificar se essas variáveis estariam

correlacionadas ao risco para doenças bucais, tendo sido estabelecido 5% como nível de significância.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período do estudo, participaram deste programa 351 alunos de duas escolas públicas de Aracaju, do 1º ao 9º ano, entre 5 a 24 anos de idade ( $\eta = 12,15$  anos), de ambos os sexos, sendo 176 do sexo masculino (50,1%) e 175 do sexo feminino (49,9%), com evidência de equilíbrio na participação dos alunos no programa, sem diferença significativa entre os sexos nas duas escolas selecionadas.

Obteve-se maior participação de alunos da escola Alfa, tendo sido avaliados aqueles matriculados do 1º ao 9º ano. Na escola Beta participaram da avaliação bucal alunos do 6º ao 8º ano. No entanto, encontrou-se homogeneidade na participação de alunos, sem qualquer diferença significativa de alunos do sexo masculino ou feminino em ambas as escolas ( $p > 0,05$ ).

Na faixa etária entre 12 a 17 anos, obteve-se um maior número de alunos participantes da avaliação em saúde bucal, tendo em vista que na escola Beta não foram realizadas intervenções na faixa etária entre 5 a 11 anos, mas não houve diferença significativa ( $p = 0,278$ ) entre as faixas etárias de acordo com o sexo, nem qualquer tipo de correlação entre as variáveis ( $rs = -0,058$ ;  $p = 0,053$ ).

Esse cenário demonstra que houve a participação consistente da faixa etária de adolescentes de ambos os sexos nas atividades do programa. A faixa etária de maior participação no programa ter sido a de 12 anos ou mais foi por não haver alunos participantes da faixa etária de 5 a 11 anos na escola Beta. Entretanto, não houve diferença significativa entre as faixas etárias de acordo com o sexo. A maior participação dessa faixa etária diz respeito a maior prevalência de adolescentes participantes e sinaliza para busca de diretrizes para saúde bucal para essa idade.

Na escola Alfa, dos 359 escolares matriculados, participaram da intervenção e

avaliação em saúde bucal 248 (69%) alunos. Na escola Beta, dos 165 escolares matriculados, participaram da intervenção e avaliação em saúde bucal 103 (62%) do total de alunos matriculados no turno da tarde.

Todos os alunos que participaram receberam avaliação em saúde bucal, sendo que a intervenção grupal oportunizou a criação de um espaço de escuta e informação, no qual os sujeitos, por viverem realidades semelhantes, puderam aprender uns com os outros e, de certa forma, uma tentativa de mudança dos hábitos de higiene foi gerada nos grupos. As atividades foram realizadas respeitando as demandas de acordo com cada faixa etária. Os alunos demonstraram reconhecer a importância do trabalho realizado verbalizando as seguintes representações: “estou me sentindo importante, com vocês aqui”; “cuidado sempre é bom”; “quando teremos outro encontro?”. Os principais achados deste estudo apontam, através da percepção por parte dos alunos, da equipe e da coordenação das escolas, que houve facilitação do processo por meio da intervenção grupal realizada primeiramente com a atuação dos psicólogos demonstrando menor resistência e melhor aceitação por parte dos alunos. A partir do momento em que os alunos puderam expressar suas idéias e suas concepções sobre a avaliação em saúde bucal, foi uma condição importante para o sucesso do trabalho do grupo (Galindo, 2008).

A técnica de grupo operativo consiste na promoção de processo de aprendizagem, abertura para as dúvidas, para novas inquietações e troca de informações. De acordo com Pichon-Rivière (1998), o grupo apresenta-se como instrumento de transformação da realidade na medida em que compartilham objetivos comuns, participam de forma criativa e há interação no grupo.

A literatura tem apontado que, por meio de ação educativa pautada no diálogo, é possível a inclusão de crianças e adolescentes em atividades de prevenção, promoção e atenção à saúde que, ao mesmo tempo, proporcionem bem estar para si e possam ser expandidas aos seus familiares, proporcionando uma maior

integração entre escola, pais e unidades de saúde. As ações de promoção da saúde impactam de forma positiva nas condições de vida e saúde das comunidades (Stotz & Araújo, 2004; Santos et al., 2006).

O sistema de saúde comporta diferentes atuações de forma interdisciplinar, voltado para relação com o social de forma a respeitar a singularidade da comunidade em que está inserido. Esse modelo reporta-se à promoção de saúde e não somente ao tratamento. Nesse contexto, o psicólogo pode estar inserido no campo de saúde como um facilitador (Romagnoli, 2006).

Ações interdisciplinares têm sido recomendadas para o desenvolvimento do Programa de Saúde na Escola, podendo fazer a diferença na sua execução e melhor fluxo. A interação também aumenta com os professores e coordenação da escola que compreenderam o processo e contribuíram no entendimento das questões de saúde bucal, agindo como facilitadores das ações implementadas. A intervenção grupal possibilitou a participação dos alunos no programa, facilitando a sua chegada à avaliação bucal e na receptividade para receber a intervenção delineada para cada grupo de risco, seja a educação e saúde para os grupos classificados como baixo e médio risco para doenças bucais, quanto ao encaminhamento à unidade básica de saúde.

Desta forma, compreende-se que a intervenção grupal como espaço de escuta e informação foi uma importante ferramenta na orientação e acompanhamento da avaliação em saúde bucal.

A conscientização por parte dos sujeitos sobre as causas de seus problemas e de como estes afetam a saúde podem transformar alguns aspectos de sua condição, mas não conseguem transformar o *status quo* e criar as condições macro e microestruturais que promovam a sua saúde e a de seus pares (Gastaldo, 2005). Neste sentido, a identificação do risco é ferramenta importante para que haja uma transformação da condição de saúde bucal das crianças e adolescentes pesquisados com execução de ações que facilitem o

direcionamento dos sujeitos classificados como alto risco para atendimento prioritário.

As metas da Organização Mundial de Saúde (OMS) para 2010, que foram propostas no 4º Congresso Mundial de Odontologia Preventiva em 1993 com relação à saúde bucal, é de 90% de pessoas sem cárie na idade de 5 a 6 anos ( $ceo-d = 0$  e  $CPO-D = 0$ )<sup>4</sup>;  $CPO-D < 1$  aos 12 anos de idade; aos 15 anos de idade, não mais que um sextante com Índice de Doença Periodontal Comunitária (CPI) igual a 1 ou 2; não haver perda dental, aos 18 anos de idade, devido à cárie ou doença periodontal (Pereira, 2003 & FDI, 1982). Em função das diferentes condições socioeconômicas, padrões culturais e hábitos alimentares das diversas regiões do Brasil podem variar na experiência de cárie destas crianças. Assim como também a ausência de flúor na água de abastecimento, a não preocupação do dente decíduo pela família e o comportamento desfavorável das crianças são fatores que podem prejudicar na condição de saúde bucal destes (Feitosa & Colares, 2004).

Os resultados da análise do risco para a cárie dentária e doença periodontal dos alunos participantes revelaram que a maioria dos alunos da escola Alfa está em risco alto de cárie e doença periodontal [125 (50%)], conforme o alto índice de crianças com cárie aguda (código E), somando-se àquelas que se encontrava em sofrimento pela severidade da doença cárie, com afirmação de estar sentindo dor ou possuem sinais de abscesso visível (código F). Os alunos da escola Beta também estão em risco de cárie e doença periodontal, tendo em vista que aproximadamente [(51) 50%] dos alunos avaliados foram classificados como de alto risco. Desta forma, os alunos estão em alto risco para doenças bucais independente da escola em que estão matriculados ( $p > 0,05$ ), sem correlação significativa entre essas variáveis ( $rs = -0,001$ ;  $p = 0,055$ ).

Observou-se, na distribuição do risco para cárie dentária e doença periodontal dos alunos

estratificados por sexo, que a correlação entre as variáveis não foi significativa ( $rs = 0,029$ ;  $p = 0,053$ ). Percebe-se que, independente do sexo, a maioria dos alunos de ambas as escolas foram classificados como alto risco para doenças bucais ( $p > 0,05$ ).

O risco para doenças bucais dos alunos de acordo com a faixa etária não estiveram correlacionadas ( $rs = -0,105$ ;  $p = 0,052$ ). Percebe-se que prevalece o alto risco para ambas as faixas etárias, sem diferenças significativas para aqueles que estão com dentição decídua e mista (5 a 11 anos) e aqueles com dentição permanente completa (12 anos ou mais) ( $p = 0,133$ ).

Ao se tratar da avaliação de risco em saúde bucal, percebe-se que os alunos, independentemente do sexo, faixa etária ou escola em que estão matriculados, estão em alto risco para doenças bucais. Esse resultado remete a uma possível alta demanda espontânea ao sistema de saúde que pode aumentar nas faixas etárias de adultos e idosos, com o decorrer do tempo, se não houver investimentos na promoção de saúde para crianças e adolescentes. Por outro lado, não se pode esquecer que dar resolutividade às necessidades de saúde apontadas em função do risco se faz importante no momento.

Estudo realizado em Salvador, no estado da Bahia em 2005, observou o aumento da ocorrência e gravidade da cárie dentária no período da infância à adolescência. A transição de uma fase da vida para outra representa um período de risco para a evolução desse agravo (Almeida, Cangussu, Chaves, & Amorim, 2012). O levantamento brasileiro em saúde bucal ressaltou que atenção especial deve ser dada à dentição decídua, pois o ataque de cárie em crianças de cinco anos (em que a presença majoritária é de dentes-de-leite) foi em média de 2,3 dentes (Brasil, 2010).

A metodologia de avaliação baseada no risco de doenças bucais (cárie e doença periodontal) foi importante tendo em vista que essa avaliação é pautada na filosofia da promoção da saúde, com a possibilidade de avaliar crianças e adolescentes, quando ainda

<sup>4</sup>  $ceo-d$  = número médio de dentes decíduos cariados, com extração indicada e obturados;  $CPO-D$  = número médio de dentes permanentes cariados, perdidos e obturados.

está nas fases iniciais do processo saúde doença e assim mantê-los incluídos nas intervenções primárias, além de facilitar o acesso daqueles que se encontra em alto risco para as doenças bucais ao sistema de saúde pública.

A promoção da saúde ganhou força no Brasil a partir da década de 1980, em consonância com a realização das conferências internacionais que definiram como princípios do campo a multicausalidade do processo saúde doença, a intersectorialidade, a participação social e a sustentabilidade. A partir da década de 90, passaram a ser considerados aspectos psicossociais e a subjetividade dos indivíduos. A saúde bucal representa uma dimensão da saúde e das necessidades sociais (Narvai & Frazão, 2008). Assim, promover saúde é atuar sobre determinantes que condicionam a realização desta. Esses determinantes implicam na compreensão do homem com sua história, condições de vida, direitos e ambiente sociocultural (Moysés & Watt, 2000; Focesi, 1990).

A utilização de grupos de intervenção grupal tem sido descrita com propósitos de construção de relações sociais cooperativas e desenvolvimento contínuo da autonomia. A função dessa metodologia é a criação de um espaço cooperativo oferecendo aos participantes a oportunidade de: re-significar conceitos obstrutivos ao processo de promoção da saúde; valorizar conteúdos disponíveis na comunidade, além de conhecer e refletir sobre práticas e saberes em saúde (Santos et al., 2006).

A educação em saúde mostra-se como uma forte aliada na busca de alternativas para os cuidados com a saúde bucal e trata-se de um dos principais dispositivos para viabilizar a promoção da saúde. A abordagem interdisciplinar inclui, além dos profissionais de saúde em geral, professores da educação infantil e ensino fundamental, como alternativa eficaz na manutenção da saúde bucal desses escolares (Franchin et al., 2005).

Outros estudos devem ser realizados com a finalidade de contribuir na implementação de

novas políticas públicas para que possam facilitar a diminuição do risco para doenças bucais em crianças e adolescentes de escolas públicas de Sergipe, com utilização da técnica de intervenção grupal, avaliação de risco em saúde bucal, e outras abordagens interdisciplinares facilitadoras dos programas de promoção e prevenção de saúde.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas dificuldades foram enfrentadas pela equipe de profissionais, tais como o acesso às escolas - tendo em vista a distância da universidade para os bairros onde as escolas estão localizadas - que foi sanado pela disponibilização de um micro-ônibus pelo município para transporte da equipe de saúde bucal. Outra dificuldade que surgiu foi em virtude do tempo disponibilizado pela equipe para a prática educativa, estando esta dificuldade relacionada ao sistema adotado pela escola Alfa, onde são os alunos que mudam de sala, não o professor. Desta forma, em alguns momentos acredita-se que a dispersão dos alunos acabou interferindo no número de alunos que poderiam receber atendimento e não o tiveram por não estarem na sala de aula que foi visitada pela equipe de psicologia.

Mesmo com essas limitações obteve-se a participação de 351 alunos de duas escolas públicas, sendo a técnica de intervenção grupal ferramenta fundamental para que a experiência de execução do programa de saúde nas escolas, nesse período, fosse considerada exitosa, assim como também o comprometimento dos professores e das coordenadoras pedagógicas das escolas participantes.

O planejamento de ações de prevenção e intervenção para que se possa mudar a situação de saúde dos escolares é aconselhável, pois os alunos, independente do sexo, faixa etária ou da escola que estavam matriculados, foram classificados como de alto risco para doenças bucais, determinando uma demanda alta de encaminhamentos para as

unidades de saúde da família para atendimento dessas crianças e adolescentes.

O PSE pode ser considerado uma política pública para a saúde bucal, entretanto necessita de aprimoramento e continuidade com práticas interdisciplinares e extensão dessa abordagem para os pais com objetivo de informar e conscientizar sobre a importância do cuidado com a higiene bucal na prevenção de doenças.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, T.F., Cangussu, M.C.T., Chaves, S.C.L., & Amorim, T.M. (2012). Condições de saúde bucal em crianças, adolescentes e adultos cadastrados em unidades de Saúde da Família do Município de Salvador, Estado da Bahia, Brasil, em 2005. Brasília. *Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 21(1), 109-118.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2010). *Projeto Pesquisa Nacional de Saúde Bucal*. Nota para a imprensa. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2007). Institui o Programa Saúde nas Escolas. Decreto nº 6286. Recuperado em 24 dezembro, 2012, de [http://portal.saude.gov.br/portal/saude/pr\\_ofissional/visualizartexto.cfm?idtxt=29109](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/pr_ofissional/visualizartexto.cfm?idtxt=29109)
- Congresso Mundial de Odontologia Preventiva. (1993, 3-5 setembro). 4, Umea, Suécia.
- Fédération Dentaire Internationale. (1982). Global goals for oral health in the year 2000. *International Dental Journal*, 32(1), 74-77.
- Feitosa, S. & Colares, V. (2004). Prevalência de cárie dentária em pré-escolares da rede pública de Recife, Pernambuco, Brasil, aos quatro anos de idade. Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(2), 604-609.
- Focesi, E. (1990). Educação em saúde: campos de atuação na área. *Revista Brasileira de Saúde Escolar*, 1(1), 19-21.
- Franchin, V., Basting, R. T., Mussi, A. A., & Flório, F. M. (2005). A importância do professor como agente multiplicador de saúde bucal. *Revista ABENO*, Taguatinga, 6(2), 102-108.
- Galindo, W.C.M. (2008). Trabalho com grupos: relato de experiência. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 3(1), 122-124.
- Gastaldo, D. (2005). Executive Summary of the Research Project: Revisiting Personal is Political Research Forum, April 15. Recuperado em 2012, de [http://www.nursing.utoronto.ca/immigrati\\_onguide](http://www.nursing.utoronto.ca/immigrati_onguide)
- Moretti, A.C., Teixeira, F.F., Suss, F.M.B., Lawder, J.A.C., Lima, L.S.M., Bueno, R.E., Moysés, S.J., & Moysés, S.T. (2010). Intersetorialidade nas ações de promoção de saúde realizadas pelas equipes de saúde bucal de Curitiba (PR). *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, 15(supl.1), 1827-1834.
- Moysés, S.T. & Watt, R. (2000). Promoção de Saúde Bucal – definições. In Y.P. Buischi. *Promoção da Saúde Bucal na Clínica Odontológica* (pp. 1-22). São Paulo: Artes Médicas.
- Narvai, P.C. & Frazão, P. (2008). *Saúde bucal no Brasil: muito além do céu da boca*. 148p. (Temas em Saúde). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Petersen, C.S. (2007). *Avaliação de intervenção grupal para promoção de qualidade de vida em portadores de doenças crônicas: a AIDS como modelo*. (Tese de Doutorado – Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre.

---

Pichon-Rivière, E. (1998). *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes.

Romagnoli, R.C.A. (2006). Formação dos Psicólogos e a Saúde Pública. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 1(2), 1-15.

Santa Rosa, M.P.R., Vargas, M.M., Melo, C.M., & Oliveira, C.C.C. (2010). Metodologia participativa de avaliação em saúde num bairro em processo de Urbanização. *Revista Avaliação de Políticas Públicas*, 1(6), 17-26.

Santos, A.M. & Assis, M.M.A. (2006). Da fragmentação a integralidade: construindo e (des) construindo a prática de saúde bucal no Programa de Saúde da Família de Alagoinhas- Bahia. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, 11(1), 53-61.

Santos, L.M., Da Ros, M.A., Crepaldi, M.A., & Ramos, L.R. (2006). Grupos de promoção à saúde no desenvolvimento da autonomia, condições de vida e saúde. *Revista de Saúde Pública*, 40(2), 346-352.

Sergipe. Secretaria do Estado de Sergipe (2008). Projeto Programa Saúde nas Escolas. p. 26.

Silveira, A.E., Oliveira, A.E., Vescovi, B.O., Feres, K.S., & Baptistini, M.A. (2008). A promoção da saúde bucal, o saber popular e a interdisciplinaridade: uma pesquisa-intervenção. UFES *Revista de Odontologia*, 10(4), 24-30.

Stotz, E.M. & Araújo, J.W.G. (2004). Promoção da saúde e cultura política: a reconstrução do consenso. São Paulo. *Revista Saúde e Sociedade*, 13(2), 5-19.

Recebido: 31/08/2012

Revisado: 11/06/2013

Aprovado: 20/06/2013

**Escala de empatia focada em grupos:  
Evidência psicométrica em jovens civis e militares**

**Empathy scale focused on groups:  
psychometric evidence in young civilians and military**

**Escala de empatía centrada en grupos (EEG):  
evidencia psicométrica de su estructura en jóvenes civiles y militares**

Nilton S. Formiga<sup>1</sup>  
Lilian K. de S. Galvão<sup>2</sup>  
Miriane da S. Santos Barboza<sup>3</sup>  
Cleonice P. dos S. Camino<sup>4</sup>

**Resumo**

A empatia focada em grupos refere-se à capacidade afetiva de as pessoas sentirem e pensarem o sofrimento de grupos específicos. O presente artigo procurou reunir evidências da validade fatorial e consistência interna da Escala de Empatia focada em Grupos (EEG), considerando amostras distintas de jovens. 376 estudantes do ensino médio, entre 17 e 33 anos, da cidade de João Pessoa - PB, sendo 200 de uma instituição pública e 176 de uma instituição militar de ensino, responderam a EEG e a um questionário demográfico. Observou-se que, para ambas as amostras, a escala revelou indicadores psicométricos que garantem a estrutura multifatorial já encontrada por outros autores. Ainda se constatou que os jovens militares apresentaram médias superiores à dos jovens civis em relação a três de quatro componentes testados, mostrando-se mais empáticos ao sofrimento de grupos minoritários, ao de apenados e ao de trabalhadores do que os estudantes civis.

**Palavras-Chave:** Empatia, avaliação, modelagem estrutural, jovens civis e militares.

**Abstract**

Empathy focused on groups is related to the affective capacity people have to feel and think about the suffering of specific groups. This article aims at gathering evidence of factorial validity and internal consistency of the Empathy Scale focused on Groups (ESG), considering varied samples of young people. 376 high school students, from 17 to 33 years of age, from the city of João Pessoa - Paraíba, 200 of whom studying at public institutions and 176 from a military institution, answered an ESG and a demographic questionnaire. It was observed that in both samples, the scale revealed psychometric evidence which assures the multifactorial structure already identified by other authors before. It has also been found that the young military achieved averages above those of the young civilians regarding three or four aspects of the test and proved to be more sympathetic with the suffering of minority groups, of prisoners, and workers than young civilian students.

**Keywords:** Empathy, assessment, structural modeling, young civilians and young military.

---

<sup>1</sup> Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba; professor no curso de Psicologia na Faculdade Maurício de Nassau. Correspondência: Av. Guarabira, 133, Manáira. CEP.: 58140-030, João Pessoa - PB. E-mail: nsformiga@yahoo.com

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba, professora da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: liliangalvao@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba, professora da Universidade Estadual do Piauí. E-mail: minianesantos@hotmail.com

<sup>4</sup> Doutora em Psicologia pela Université Catholique de Louvain (Bélgica), professora da Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: cleocamino@yahoo.com.br

### Resumen

La empatía centrada en grupos se refiere a la capacidad afectiva de las personas de sentir y pensar en el sufrimiento de los otros. El presente artículo ha procurado reunir pruebas de la validez factorial y consistencia interna de la Escala de Empatía centrada en Grupos (EEG), considerando muestras distintas de jóvenes. 376 estudiantes de la secundaria de la ciudad de João Pessoa-PB, siendo 200 de una institución pública, con 54% del sexo femenino y 176 de una institución militar de educación con 76% del sexo masculino, de 17 a 33 años. Han respondido a la EEG y a un cuestionario demográfico. Se observó que para las dos muestras, la escala ha revelado indicadores psicométricos que garantizan la estructura multifactorial observada por otros autores. O sea, independiente de la muestra, la empatía puede ser considerada como existente en los jóvenes.

**Palabras-clave:** Empatía; Evaluación; Modelado Estructural; Jóvenes civiles y militares.

## INTRODUÇÃO

A investigação sobre o desenvolvimento e manutenção da empatia nas pessoas se mostra uma proposta de trabalho muito relevante, sobretudo quando se pretende verificar o padrão atitudinal delas na sociedade contemporânea em relação à sensibilidade frente às outras pessoas e o seu entorno ambiental. Este tema torna-se atual justamente devido à égide de práticas individualistas que envolvem o ser humano, algumas vezes camufladas com preocupações em relação ao outro, mas que, na realidade, visam apenas à própria pessoa (Dumont, 1985; Lipovetsky & Charles, 2004; Oceja & Jiménez, 2007). Este momento atual é nomeado por Bentrán e Cardona (2005) como o tempo da sociedade narcísica e excessivamente egoísta, que percorre o caminho inverso da episteme das relações humanas no que se refere à cooperação e grupalidade (Morin, 2005).

O estudo sobre a empatia, apesar de importante atualmente, não é um tema novo. Já no final do século XIX se discutia a respeito desse construto na psicologia alemã, especificamente no campo das influências fisiológicas da psicologia sensorial, nos estudos acerca da percepção, da consciência e da introspecção bem como nos estudos sobre a experiência estética na arte (Schultz & Schultz, 1998; Wispé, 1990). Todos esses estudos foram influenciados, direta ou indiretamente, pela Psicologia da Gestalt.

Dentre as diferentes definições acerca da empatia, destaca-se, neste trabalho, a perspectiva de Hoffman (1991). Segundo este autor, a empatia é a capacidade que uma pessoa tem de colocar-se no lugar do outro (*role-taking*), inferir nos seus sentimentos e, a partir do conhecimento gerado por este processo, dar uma resposta afetiva mais adequada para a situação do outro do que para a sua própria situação. Definida dessa forma, a empatia seria, então, uma habilidade que permite ao ser humano estabelecer elos afetivos durante as interações e motivar comportamentos pró-sociais.

No que diz respeito à avaliação da empatia, observa-se o uso de uma variedade de técnicas

e métodos, como, por exemplo, questionários, escalas, histórias com ou sem fotos, figuras, gravações, análise das expressões faciais e dos gestos, bem como a verificação da condutibilidade e temperatura da pele e da frequência cardíaca (Eisenberg & Strayer, 1990). Cada uma dessas técnicas apresenta vantagens e desvantagens, e elas podem ser constatadas em relação à administração de instrumentos, ao investimento econômico em aparelhos computacionais, ao desconforto das pessoas testadas etc. (Strayer & Eisenberg, 1987).

No sentido de minimizar as desvantagens ligadas a algumas formas de avaliação da empatia, destaca-se o uso de instrumentos tipo papel e lápis que tem sido um dos mais requisitados em todo mundo (Pérez-Albéniz, Paúl, Etxeberria, Montes & Torres, 2003), não somente devido à facilidade de aplicação mas também em função da sua economia na produção do material e no momento da sua administração (Strayer & Eisenberg, 1987). Dentre as escalas mais utilizadas, verifica-se a *Hogan Empathy Scale* (HES, Hogan, 1969), o *Questionnaire Measure of Emotional Empathy* (Q MEE, Mehrabian, & Epstein, 1972) e o *Interpersonal Reactivity Index* (IRI, Davis, 1980).

Recentemente, no Brasil foi publicada a *Escala de Empatia focada em Grupos – EEG –* (Galvão, Camino, Gouveia, & Formiga, 2010), que objetiva mensurar a empatia em um nível que ultrapassa as relações interpessoais. Nesse sentido, a EEG difere da maioria dos instrumentos existentes acerca desta temática e destacada no parágrafo acima; a proposta dos autores da EEG foi a de criar uma medida de empatia que avaliasse a capacidade de uma pessoa empatizar com pessoas ou animais que se encontrassem em situações de sofrimento, decorrentes de contextos sociais etc. Assim, a EEG difere das escalas existentes que avaliam a empatia de uma pessoa em relação a outra cujo sofrimento não depende, necessariamente, de problemas sociais.

Galvão et al. (2010) observaram, em uma amostra de sujeitos de 14 a 19 anos, a partir de uma análise fatorial dos componentes principais, que o referido construto se organizava em quatro dimensões: Empatia com grupos minoritários, Empatia com animais,

Empatia com trabalhadores e, por fim, Empatia com apenados. Essas dimensões apresentaram índices de consistência interna aceitos pela literatura vigente (por exemplo, 0,68 a 0,80, em suas dimensões) (Tabachnick&Fidell, 2001). A fim de corroborar as dimensões previamente encontradas, Galvão et al. (2010), em uma segunda amostra com sujeitos de 13 a 17 anos, realizaram uma análise fatorial confirmatória verificando a estrutura fatorial encontrada no primeiro estudo; nela, os indicadores psicométricos estiveram de acordo com o que propunha a literatura estatística (Hair, Anderson, Tatham, & Black, 2005; Joreskog&Sörbom, 1989). Nos resultados, observaram, mais uma vez, a multifatorialidade da EEG, comprovando o que foi encontrado na análise exploratória, bem como que os índices de consistência internam foram próximos aos já encontrado no primeiro estudo.

Uma especificidade da EEG, segundo seus idealizadores, é que ela permite verificar a empatia com animais, algo negligenciado nos estudos acerca da empatia (Paul, 2000). Em relação a este último aspecto, lembra-se aqui o que disse M. Gandhi, um dos maiores modelos de moral e compaixão: “A grandeza de uma nação e seu progresso moral pode ser julgado pela forma que seus animais são tratados”. Uma outra contribuição da EEG é o fato de que ela considera a empatia com o sofrimento de apenados, algo não tão consensual. Sem uma variável dessa natureza, corre-se o risco de fazer a avaliação de uma empatia facilmente provocada, deixando de lado a avaliação da empatia em grupos (pessoas ou coisas) que, na dinâmica social, geralmente é colocada na periferia das relações como algo ‘com pouco significado’ para a vida das pessoas e seu entorno humano.

Diante do que foi exposto sobre a EEG, acredita-se que ela, de fato, poderá contribuir para a compreensão do fenômeno da empatia seguindo uma perspectiva alternativa de avaliação de variáveis. No entanto, como problematizam os criadores do instrumento, é necessário que outros estudos investiguem a sua adequação a outros contextos. É nesse sentido que o presente estudo tem como

objetivo verificar a acurácia dessa escala com base nos indicadores psicométricos da estrutura fatorial encontrada por Galvão et al. (2010), assim como a adequabilidade dessa estrutura com amostras de sujeitos em diferentes contextos socioescolares.

## MÉTODO

### Participantes

Os participantes foram 376 estudantes do ensino médio da cidade de João Pessoa-PB, Brasil, sendo 200 de uma instituição pública de ensino, de 17 a 20 anos, predominantemente do sexo feminino (54%), e 176 de uma instituição militar de ensino, de 17 a 33 anos, predominantemente do sexo masculino (76%). Esta amostra foi não probabilística, isto é, de conveniência, tendo participado as pessoas que, convidadas, aceitaram colaborar.

### Instrumento

Como instrumento, utilizamos a Escala de Empatia focada em Grupos (EEG) – desenvolvida por Galvão et al. (2010), composta por 27 itens relacionados a quatro contextos sociais: grupos minoritários (ex.: negros sendo menosprezados), trabalhadores (ex.: pessoas que são obrigadas a deixar o campo para trabalhar na cidade), presos (ex.: presos vivendo em situações desumanas) e animais (ex.: animais sendo maltratados), que deveriam ser avaliados em uma escala de cinco pontos, variando de 1 (*afetapouco*) a 5 (*afeta muito*).

A EEG revelou indicadores psicométricos consistentes, identificando quatro fatores (Galvão et al., 2010): empatia com grupos minoritários, empatia com animais, empatia com trabalhadores e empatia com apenados; para cada um desses fatores foram encontrados Alphas de Cronbach, que variavam de 0,69 a 0,80. Considerando-se a Análise Fatorial Confirmatória, realizada com o AMOS 7.0, destinada aos cálculos de modelagem de equações estruturais (SEM), foi comprovada a existência dos mesmos fatores observados na análise exploratória [ $\chi^2/df$  =

1,14, GFI = 0,92, AGFI = 0,90, CFI = 0,98, RMSEA (90%IC) = 0,02 (0,01-0,04), CAIC = 514,59 e ECVI = 1,37 (1,26-1,55)].

#### Procedimento

Todos os procedimentos adotados nesta pesquisa seguiram as orientações previstas na Resolução 196/96 do CNS e na Resolução 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia (CNS, 1996; ANPEPP, 2011).

#### Administração

Para a administração da aplicação do instrumento, o responsável pela coleta dos dados contactou diretamente os diretores e/ou coordenadores das instituições de ensino pesquisadas. Em seguida, pediu autorização, junto aos professores, para ocupar uma aula e aplicar os questionários. Após ser autorizado, este responsável apresentou, de forma sumária, os objetivos da pesquisa aos estudantes, convidando-os a participarem voluntariamente do estudo. Aos estudantes foi dito que não havia resposta certa ou errada, e que eles não deveriam se sentir obrigados a responder aos questionários, podendo desistir a qualquer momento, seja quando tivessem o instrumento em suas mãos, ao iniciarem a leitura, seja em outra eventual condição.

A todos foi assegurado o anonimato das suas respostas, enfatizando-se que elas seriam tratadas estatisticamente em seu conjunto. Apesar de o questionário ser autoaplicável, contando com as instruções necessárias para serem respondidos individualmente, um aplicador, previamente treinado, esteve presente para apresentar os instrumentos, para retirar eventuais dúvidas ou realizar esclarecimentos que se fizessem indispensáveis e para conferir a qualidade geral das respostas emitidas pelos respondentes.

#### Análise de Dados

A tabulação e a análise dos dados (estatísticas descritivas e ANOVA) foram efetuadas por meio do pacote estatístico SPSS – versão 16.0. Porém, para a análise fatorial confirmatória, utilizou-se o programa AMOS 16. Este tipo de análise permite testar

hipóteses específicas sobre a estrutura latente do modelo (por exemplo, número de fatores, cargas fatoriais), apresentando os respectivos indicadores do “goodness”, os quais possibilitam avaliar a qualidade de ajuste do modelo que se propõe (Hair, Anderson, Tatham, & Black, 2005; Tabachnick&Fidell, 2001; Van de Vijver& Leung, 1997), como, por exemplo:

✓ O  $\chi^2$  (qui-quadrado) testa a probabilidade do modelo teórico se ajustar aos dados e quanto maior este valor, pior o ajustamento. Este tem sido pouco empregado na literatura, sendo mais comum considerar sua razão em relação aos graus de liberdade ( $\chi^2/g.l.$ ). Neste caso, valores até 3 indicam um ajustamento adequado.

✓ O *Goodness-of-Fit Index (GFI)* e o *Adjusted Goodness-of-Fit Index (AGFI)* são análogos ao  $R^2$  em regressão múltipla. Portanto, indicam a proporção de variância-covariância nos dados, explicadas pelo modelo. Estes variam de 0 a 1, com valores na casa dos 0,90, indicando um ajustamento satisfatório.

✓ Raiz Quadrada Média Residual (RMR), que indica o ajustamento do modelo teórico aos dados, na medida em que a diferença entre os dois se aproxima de zero (Joreskog&Sörbom, 1989).

✓ A *Root-Mean-Square Error of Approximation (RMSEA)*, com seu intervalo de confiança de 90% (IC90%), é considerado um indicador de “maldade” de ajuste, isto é, valores altos indicam um modelo não ajustado. Assume-se como ideal que o RMSEA se situe entre 0,05 e 0,08, ou menos.

✓ O *Comparative Fit Index (CFI)* compara, de forma geral, o modelo estimado com o modelo nulo, considerando valores mais próximos de um como indicadores de ajustamento satisfatório (Hair, Anderson, Tatham, & Black, 2005).

✓ *Tucker-Lewis Index (TLI)* apresenta uma medida de parcimônia entre os índices do modelo proposto e do modelo nulo. Varia de zero a um, com índice aceitável acima de 0,90 (Bilich, Silva, & Ramos, 2006).

Formiga, N. S., Galvão, L. K. de S., Barboza, M. da S. S., & Camino, C. dos S.  
Escala de empatia focada em grupos: evidências psicométrica em jovens civis e militares.

✓ O *Expected Cross-Validation Index* (ECVI) e o *Consistent Akaike Information Criterion* (CAIC) são indicadores geralmente empregados para avaliar a adequação de um modelo em relação a outro. Valores baixos do ECVI e CAIC expressam o modelo com melhor ajuste.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste estudo, buscou-se avaliar a estrutura da escala de empatia focada em Grupos (EEG) em duas amostras de jovens em contextos sócioescolares distintos (jovens civis e jovens militares). Efetuaram-se, no pacote estatístico AMOS 16.0, a análise fatorial confirmatória e de modelagem de equação estrutural para as amostras coletadas, hipotetizando-se a existência de quatro fatores de acordo com a proposta de Galvão *et al.* (2010): *Empatia com grupos minoritários*, *Empatia com animais*, *Empatia com trabalhadores* e *Empatia com apenados*.

Deixando livres as covariâncias ( $\phi$ ,  $\phi$ ) entre os fatores, observou-se que indicadores de qualidade de ajuste do modelo com a amostra geral, com a amostra dos jovens civis e com a amostra dos jovens militares, atenderam às recomendações apresentadas na literatura (Byrne, 1989; Tabachnick & Fidell, 1996; Van de Vijver & Leung, 1997). Os resultados obtidos nestas análises, observados em negrito, na Tabela 1, revelam que o melhor modelo para a empatia focada em grupos foi o modelo tetrafatorial, em todas as amostras.

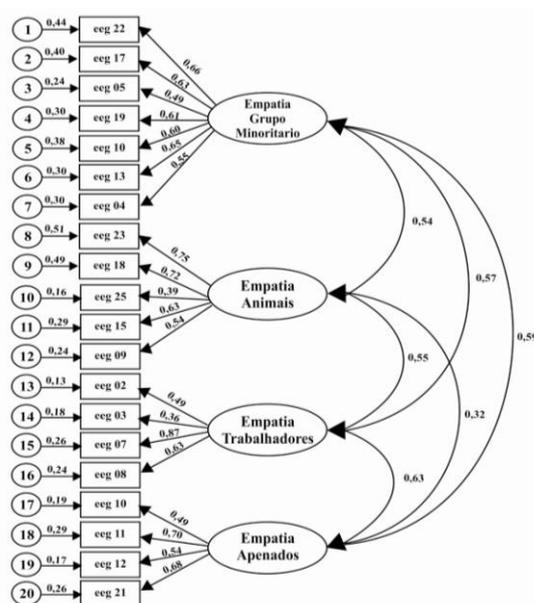
Além disso, observa-se que os resultados da EEG expostos na Tabela 1 apresentaram indicadores de ajustes, se não próximos ao resultado do primeiro estudo (ver Galvão *et al.*, 2010), melhores do que os encontrados nele. Essa condição vem corroborar plenamente os achados desses autores e garantir a consistência estrutural da escala nas referidas amostras.

**Tabela 1** - Indicadores psicométricos da estrutura fatorial da escala de empatia focada em grupos em jovens de distintos contextos socioescolares.

Modelo por amostra	$\chi^2/g.l.$	RMR	GFI	AGFI	CFI	TLI	RMSEA (intervalo)	CAIC (intervalo)	ECVI (intervalo)
Modelo causal 1*									
Unifatorial	3,70	0,08	0,87	0,80	0,82	0,76	0,08	---	---
<b>Tetrafatorial</b>	<b>1,16</b>	<b>0,04</b>	<b>0,97</b>	<b>0,94</b>	<b>0,99</b>	<b>0,99</b>	<b>0,02</b>	<b>787,84</b>	<b>0,85</b>
Modelo causal 2**									
Unifatorial	2,72	0,11	0,84	0,76	0,66	0,75	0,09	---	---
<b>Tetrafatorial</b>	<b>1,03</b>	<b>0,06</b>	<b>0,94</b>	<b>0,91</b>	<b>0,99</b>	<b>0,99</b>	<b>0,02</b>	<b>565,73</b>	<b>1,36</b>
Modelo causal 3***									
Unifatorial	1,76	0,09	0,88	0,79	0,87	0,89	0,07	---	---
<b>Tetrafatorial</b>	<b>1,02</b>	<b>0,06</b>	<b>0,98</b>	<b>0,97</b>	<b>1,00</b>	<b>0,99</b>	<b>0,01</b>	<b>565,72</b>	<b>1,37</b>

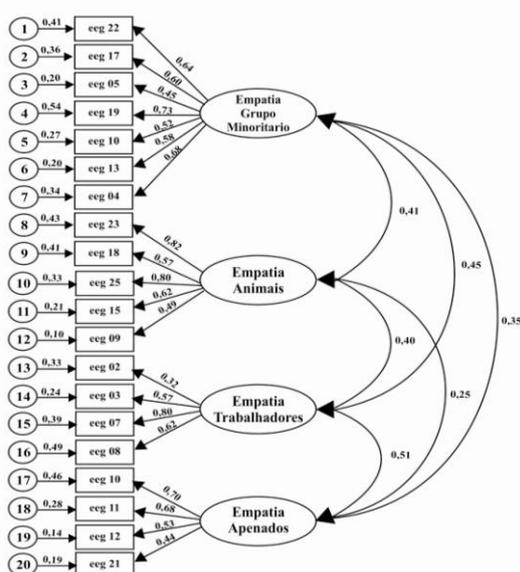
Notas: \*Modelo amostra total; \*\*Modelo amostra jovens civis; \*\*\*Modelo amostra jovens militares.  $p > 0,05$ .

Considerando que todas as saturações (Lambdas,  $\lambda$ ) estiveram dentro do intervalo esperado  $|0 - 1|$  e que foram estatisticamente diferentes de zero ( $t > 1,96$ ,  $p < 0,05$ ), denotou-se, em relação à amostra total, não haver problemas de estimativa para corroborar a existência dos quatro fatores para se avaliar a empatia focada nos grupos. De forma geral, as associações entre as dimensões foram positivas, o que significa dizer que a existência de uma dessas formas de empatia possivelmente influenciará as outras formas. Na Figura 1, é possível observar as associações entre as dimensões da empatia para amostra total.



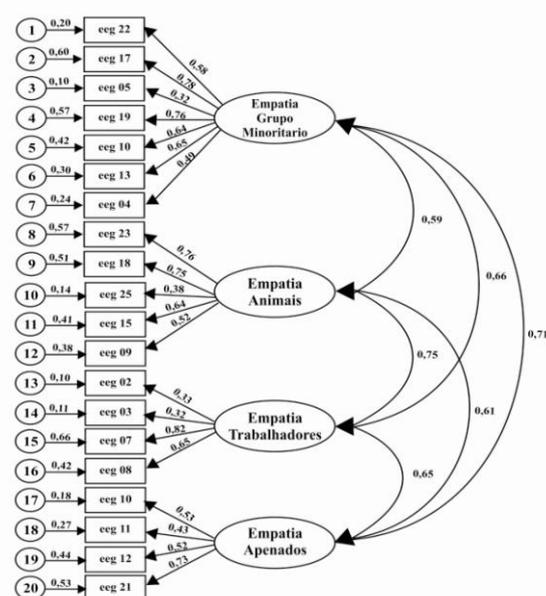
**Figura 1.** Estrutura Tetrafatorial da EEG, com a amostra total

Na Figura 2, pode-se observar a existência de lambdas ( $\lambda$ ) associativos, também positivos, entre as dimensões da empatia para a amostra de jovens civis. Note-se que esses resultados estão na mesma direção dos resultados da amostra geral.



**Figura 2.** Estrutura Tetrafatorial da EEG, com a amostra de jovens civis

Conforme pode ser visto na Figura 3, na amostra de jovens militares, as dimensões da empatia apresentaram lambdas ( $\lambda$ ) associados positivamente. Os resultados dessa amostra se assemelham aos encontrados na amostra geral e na dos jovens civis e revelam uma consistência na mensuração da empatia na especificidade amostral desses sujeitos.



**Figura 3.** Estrutura Tetrafatorial da EEG, com a amostra de jovens militares

Note-se que este modelo apresentou quatro componentes claramente discerníveis em relação aos grupos aos quais se destina o sentimento empático:

- Empatia com grupos minoritários, refere-se ao sentimento empático dirigido a grupos minoritários. O fator é composto pelos itens: “crianças abusadas sexualmente” (eeg22), “negros sendo menosprezados” (eeg17), “pessoas doentes sem poder se tratar” (eeg05), “crianças sendo levadas à prostituição” (eeg19), “pessoas que são vítimas de catástrofes, como temor de terra” (eeg16), “pessoas vítimas de injustiça” (eeg13), “meninos pequenos usando drogas” (eeg 04).

- Empatia com animais em sofrimento diz respeito ao sentimento empático dirigido a animais que estão sofrendo e/ou sendo maltratados. É composto pelos itens: “animais morrendo em período de seca” (eeg23), “animais sendo maltratados” (eeg18), “animais sendo levados ao matadouro” (eeg25), “animais em extinção” (eeg15), “animais sendo caçados como diversão das pessoas” (eeg09).

- Empatia com trabalhadores refere-se ao sentimento empático direcionado a

trabalhadores que estão sofrendo. É composto pelos itens: “pessoas que são obrigadas a deixar o campo para ir para cidade” (eeg08), “pessoas tendo que se levantar de madrugada para ir trabalhar” (eeg03), “pessoas trabalhando em serviços pesados mais de 12h” (eeg07), “velhos pedindo esmolas” (eeg02).

- Empatia com apenados relaciona-se ao sentimento empático dirigido a apenados que estão vivendo situações desumanas ou degradantes. É composto pelos itens: “pessoas condenadas à pena de morte por um crime que não cometeram” (eeg21), “presos que passam muito tempo esperando julgamento” (eeg11), “presos vivendo em situações desumanas” (eeg12), “pessoas que cometeram crimes leves convivendo com pessoas que cometeram crimes graves” (eeg10).

Diante dos resultados obtidos, apresentados nas figuras 1, 2 e 3, assume-se o modelo tetrafatorial da EEG como o mais adequado, tanto para a amostra geral quanto para a amostra dos jovens civis e a amostra dos jovens militares, apoiando a hipótese levantada por Galvão *et al.* (2010) de que o modelo observado seria o mais adequado para avaliar esse tipo de empatia.

Comprovada a estrutura fatorial em distintas amostras procurou-se comparar, a partir de uma ANOVA, as pontuações médias das dimensões da empatia, considerando-se as instituições pesquisadas (civil x militar). Foram encontrados os seguintes resultados:

- em relação à empatia com grupos minoritários, os jovens militares apresentaram uma pontuação média superior (Média = 4,63, DP = 0,45; IC – 4,57-4,70) à dos jovens civis (Média= 4,26, DP = 0,63; IC – 4,17-4,35) [ $F(1,381) = 43,49, p < 0,01$ ];

- no que se refere à empatia com trabalhadores, também os jovens militares pontuaram mais alto (Média= 3,68, DP = 0,71; IC – 3,57-3,78) do que os jovens civis (Média= 3,22, DP = 0,80; IC – 3,11-3,38) [ $F(1,381) = 34,14, p < 0,01$ ];

- no que diz respeito à empatia com apenados, observou-se também que os sujeitos militares tiveram média superior (Média= 3,32, DP = 0,88; IC – 3,19-3,45) em

comparação com a dos jovens civis (Média= 2,79, DP = 0,92; IC – 2,66-2,91) [ $F(1,381) = 33,62, p < 0,01$ ]; em relação à dimensão empatia com animais, a diferença entre as pontuações médias dos jovens militares e civis não foi significativa.

No que tange ao fato de a amostra dos militares ter apresentado média superior à dos jovens civis em três dos quatro componentes avaliados, julga-se que isso se deva à nova perspectiva social e educacional que permeia, na atualidade, os iniciados nas instituições de educação de segurança pública, pelo menos no Estado da Paraíba. Merece destaque, na instituição militar pesquisada, o trabalho educacional com os jovens voltados para a Educação em Direitos Humanos.

Entretanto, sobre a diferença supramencionada entre os jovens civis e militares podem ser levantados os seguintes questionamentos: (1) esta diferença não teria sido originada por outras características amostrais desses dois grupos, como o sexo e a idade? (2) não teria esta diferença ocorrido em função do que se espera socialmente de um jovem militar? Em outras palavras, não estariam esses jovens sendo influenciados pela desejabilidade social? Esses questionamentos poderão ser respondidos em futuros estudos.

De forma geral, ao considerar o presente construto, acredita-se que o ser humano, independentemente do contexto escolar em que está inserido, é capaz de desenvolver um reconhecimento de uma situação-sujeito geradora da preocupação com o outro, desenvolvendo com isso, segundo Formiga, Rique, Galvão, Camino e Mathias (2011), uma espécie de ressonância interpessoal. Segundo esses autores, tal condição pressupõe que a pessoa que sente empatia é aquela que busca o respeito, a compreensão do outro e a participação no espaço sociocognitivo no campo dos problemas do outro. Nesse processo, aquele que pode ajudar dispõe de aberturas no espaço interpessoal afetivo que lhe permite perceber a situação do outro, colocar-se no lugar do outro, sentir o que o outro sente e ter motivação para ajudá-lo.

Espera-se que o objetivo deste estudo tenha sido alcançado, principalmente no que diz a respeito à verificação da consistência e acurácia estrutural de uma escala de empatia focada em grupos. Assim, dispõe-se de mais um instrumento, relativamente confiável, para avaliar a empatia, operacionalizada de forma diferente de outras medidas empáticas, isto é, em lugar de um instrumento de avaliação da capacidade empática de uma pessoa em relação à outra, o instrumento em pauta avalia a capacidade de uma pessoa empatizar com grupos de pessoas que se encontram em situações de sofrimento.

A ênfase neste instrumento de avaliação psicológica, considerando-se as amostras do estudo, não apenas buscou garantir a validade e fidedignidade do mesmo, mas procurou compreender a capacidade das pessoas para abrir canais comunicativos e condutas sociais para a melhoria da relação com seu entorno psicossocial, estimulando e simulando convicções, desejos, percepções, observando os sentimentos e as emoções do e com o outro. A partir do desenvolvimento dessas habilidades focadas em grupos, provavelmente se estabeleçam condições para uma formação moral, ética e de direitos humanos, justamente porque esses construtos têm um interesse em comum: a busca do respeito e compreensão do outro e a inclusão do observador no campo do problema do outro, possibilitando, a quem precisa de ajuda e a quem é capaz de ajudar, uma disposição para o acolhimento e apoio (social e afetivo) ao outro e contribuindo para abertura de espaços para os vínculos sócioafetivos mais consistentes na interação humana (Camino&Camino, 1996; Eisenberg& Miller, 1987; Formiga, Camino, & Galvão, 2009; Formiga et al., 2011; Hoffman, 2003; Sampaio, Monte, Camino, &Roazzi, 2008).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, é importante salientar que tanto o presente estudo como os desenvolvidos por Galvão *et al.* (2010) foram realizados com amostras brasileiras, o que

significa que, ao se considerarem os resultados do presente estudo em outros contextos sociais e políticos, devem-se ter em conta as dimensões locais, específicas ou exclusivas – *emics* – da cultura em que foram produzidos, bem como, e não menos importante, as suas dimensões universais – *etics* – (Muenjohn&Armstrong, 2007; Triandiset al., 1993; Van De Vijve& Leung, 1997).

Deve-se, portanto, em próximos estudos, conhecer os aspectos que podem ser comuns a todas as culturas e àqueles que lhes são específicos, o que contribuirá para consolidar um marco na teoria e na mensuração da empatia, já que, hipoteticamente, é possível encontrar variações desse construto ao considerar diferentes variáveis (como as sociodemográficas). Nessa direção, seria importante reunir evidências da validade e precisão intra, inter e pancultural, capaz de avaliar a validade (de critério ou a convergente) com construtos correlatos, bem como conhecer a estabilidade temporal (teste-reteste) e replicá-la com amostras maiores e diversificadas em relação às características dos participantes.

### REFERÊNCIAS

- Associação nacional de pesquisa e pós-graduação em psicologia – ANPEPP. (2000). Contribuições para a discussão das Resoluções CNS nº. 196/96 e CFP Nº 016/2000, 2011. Recuperado em 2 setembro, 2011, de [http://www.anpepp.org.br/XIISimposio/Rel\\_Comissaoeticasobre\\_Res\\_CNS\\_e\\_CFP.pdf](http://www.anpepp.org.br/XIISimposio/Rel_Comissaoeticasobre_Res_CNS_e_CFP.pdf)
- Beltrán, M. A. V. & Cardona, M. A. (2005). *La sociología frente a los espejos del tiempo: Modernidad, postmodernidad y globalización*. Medellín: Universidad EAFIT.
- Bilich, F., Silva, R., & Ramos, P. (2006). Análise de flexibilidade em economia da informação: modelagem de equações estruturais. *Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação*, 3(2), 93-122.

- Byrne, B. M. (1989). *A primer of LISREL: Basic applications and programming for confirmatory factor analytic models*. New York: Springer-Verlag.
- Camino, C. & Camino, L. (1996). Julgamento moral, emoção e empatia. In Z. D. Trindade & C. Camino (Eds.), *Cognição social e juízo moral* (pp. 109-135) (Coletâneas da ANPEPP). Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia.
- Conselho Nacional de Saúde – CNS. Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. Recuperado em 2 setembro, 2011, de [http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso\\_96.htm](http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_96.htm)
- Davis, M.H. (1980). A multidimensional approach to individual differences in empathy. *Catalog of Selected Documents in Psychology*, 10(85), 1-17.
- Dumont, L. (1985). *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Eisenberg, N. & Strayer, J. (1990). *Empathy and its development*. New York: Cambridge University Press.
- Eisenberg, N. & Miller, P. A. (1987). The relation of empathy to prosocial and related behaviors. *Psychological Bulletin*, 101, 91-119.
- Formiga, N., Rique, J., Galvão, L., Camino, C., & Mathias, A. (2011). Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal – EMRI: consistência estrutural da versão reduzida. *Revista de Psicologia de Trujillo (Perú)*, 13(2), 188-198.
- Galvão, L. et al. (2010). Proposta de uma medida de empatia focada em grupos. *PSICO*, 41(3), 399-405.
- Hair, J. F. et al. (2005). *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre: Bookman.
- Hoffman, M. L. (1991). Empathy, social cognition and moral action. In W. M. Kurtines & J. L. Gewirtz (Orgs.), *Handbook of moral behavior and development* (Vol.1, pp. 275-301). New Jersey: LEA.
- Formiga, N. S., Camino, C., & Galvão, L. (2009). Empatia, desenvolvimento moral e conduta desviante em adolescentes: testagem de um modelo teórico. In *VII Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: CBPD, 541-542.
- Hoffman, M. L. (2003). *Empathy and moral development: Implications for caring and justice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hogan, R. (1969). Development of an Empathy Scale. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 33, 307-316.
- Joreskög, K. & Sörbom, D. (1989). *LISREL 7 user's reference guide*. Mooresville: Scientific Software.
- Lipovetsky, G. & Charles, S. (2004). *Os Tempos Hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, Editorial Anagrama.
- Mehrabian, A. & Epstein, N. (1972). A measure of emotional empathy. *Journal of Personality*, 40, 525-543.
- Morin, E. (2005). *Educação e complexidade: Os sete saberes e outros ensaios* (3a ed.). São Paulo: Cortez.
- Muenjohn, N. & Armstrong, A. (2007). Transformational Leadership: The influence of culture on the leadership behaviors of expatriate managers. *International Journal of Business and Information*, 2, 265-283.

- Oceja, L.V. & Jiménez, I. (2007). Beyond egoism and group identity: Empathy toward the other and awareness of others in a social dilemma. *The Spanish Journal of Psychology, 10*(2), 369-379.
- Paul, E. S. (2000). Empathy with animals and with humans: are they linked? *Anthrozoos, 13*(4), 194-202.
- Pérez-Albeniz, A. et al. (2003). Adaptación de Interpersonal Reactivity Index (IRI) al español. *Psicothema, 15*, 267-272.
- Sampaio, L. R. et al. (2008). Justiça distributiva e empatia em adolescentes do nordeste brasileiro. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 21*(2), 275-282.
- Schultz, D. P. & Schultz, E. S. (1998). *História da psicologia*. São Paulo: Cultrix.
- Strayer, J. & Eisenberg, N. (1987). Empathy viewed in context. In N. Eisenberg & J. Strayer (Eds.), *Empathy and its development* (pp. 389-398). New York: Cambridge University Press.
- Tabachnick, B. G. & Fidell, L. S. (2011). *Using multivariate statistics*. California: Allyn & Bacon.
- Triandis, H. C et al. (1993). Na etic-emic analysis of individualism and collectivism. *Journal of cross-cultural psychology, 24*(3), 366-383.
- Van De Vijver, F. & Leung, K. (1997). *Methods and data analysis for cross-cultural research*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Wispé, L. (1990). History of the concept of empathy. In N. Eisenberg & J. Strayer (Eds.), *Empathy and its development* (pp 17-37). New York: Cambridge University Press.

Recebido: 15/01/2013  
Revisado: 28/05/2013  
Aprovado: 12/06/2013

## Oficinas de *videogame* como dispositivo de compartilhamento em um serviço de saúde mental

### Video game workshop as a sharing apparatus in a mental health care service

#### Relato de Pesquisa

Carlos Baum<sup>1</sup>  
Cleci Maraschin<sup>2</sup>

#### Resumo

A cultura dos *videogames* produz questões concernentes aos modos pelos quais a educação e a saúde organizam experiências planejadas para crianças e jovens. Neste trabalho, discutimos como utilizamos *videogames* em oficinas realizadas com crianças e adolescentes em um serviço de saúde mental. Destacamos dois importantes elementos de análise: primeiramente, [1] o efeito de compartilhamento promovido pelas oficinas de *videogame* em três níveis: entre jogo e jogadores; entre os participantes do grupo; e relativamente à cultura do *videogame*. E, em segundo lugar, [2] como esse compartilhamento pode gerar fissuras no dispositivo psiquiátrico, criando modificações, ainda que momentâneas, nos discursos produzidos e nos modos de habitar os espaços do hospital.

**Palavras-chave:** *videogame*, oficina, espaços de afinidade, dispositivo.

#### Abstract

The gaming culture produces questions about the standards through which health and education organize experiences for children and youth. In this paper, we discuss the use of videogame in workshops held with children and adolescents in a mental health service. We emphasize two important elements of analysis: First, [1] the sharing effects promoted by videogame workshops in three levels: between game and players; between the participants; and within the video game culture itself. And, secondly, [2] the effects of the workshops in the mental care device as whole, but mainly as to their potential to produce breaches in the psychiatric apparatus which could enable modifications, even if momentary, both in the discourses produced and in the ways to occupy the hospital environment.

**Keywords:** video games, workshops, affinity spaces, apparatus.

---

<sup>1</sup> Psicólogo, mestrando em Psicologia Social e Institucional (UFRGS) e pesquisador do grupo "Oficinando em Rede". Bolsista CAPES/CNPq. E-mail: baum.psico@gmail.com

<sup>2</sup> Professora associada do Depto. de Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Docente orientadora dos PPGs de Psicologia Social e de Informática na Educação. Pesquisadora CNPq. Rua Ramiro Barcelos, 2600, sala 300e – Bairro Santa Cecília – Porto Alegre - RS.

## INTRODUÇÃO

O grupo de pesquisa “Oficinando em Rede” vem, desde 2004, produzindo uma articulação entre cognição, tecnologia e saúde mental. Os membros do grupo desenvolveram uma série de estudos que visam explorar e experimentar tecnologias digitais em oficinas inseridas em serviços de saúde mental e de saúde básica (Maraschin, Francisco, & Diehl, 2011; Palombini, Maraschin, & Moschen, 2012).

No transcurso das oficinas, o desejo dos jovens pelos jogos eletrônicos era recorrente. Jogar representava, de fato, um dos principais motivos para a participação nas oficinas. Mas tal desejo causava desconforto e tensionava o planejamento dos oficinairos que, de modo geral, não eram familiarizados com essa mídia. Além da pouca familiaridade, o grupo não tomava os *videogames* como objeto de pesquisa. Assim, desafiados pelos próprios jovens participantes das oficinas, o *videogame* passou a ser um objeto de nossos estudos.

Os jogos eletrônicos configuram a imagem condensada das tecnologias de informação contemporânea nas quais textos, sons e imagens combinam-se e comunicam-se com os jogadores em um mesmo suporte. Squire (2006) assinala que jogar *videogames* constitui experiência inusitada em relação a outras experiências cotidianas. Comenta que é muito fácil cair em uma posição moralista e representacionista quando se analisa essa experiência a partir da perspectiva de um não jogador. Assim, julgamentos gerais, como se os jogos fizessem bem ou mal, os tomam como uma espécie de representação em miniatura do “mundo real”. Mas, segundo o autor, quando se analisam os *videogames* a partir da posição de um jogador imerso, a ideia de representação é contestada.

A imersão no jogo se configura como uma experiência em outro mundo, onde as regras e as normativas são distintas daquelas que consideramos no suposto mundo real. Por exemplo, nos chamados jogos em primeira pessoa, que são lidos pela via moralista e representacionista como de incitação à violência, o ato de matar tem outra significação. Se, no “mundo real” o ato de

matar visa aniquilar o adversário e se enquadra nas normativas policiais e jurídicas, no *videogame*, mata-se não o adversário, mas seu personagem, seu avatar. Isso faz toda a diferença, pois os jogadores não aniquilam o adversário; ao contrário, esperam que, ao ser derrotado, o adversário busque novas estratégias e possa jogar melhor. Assim, no próximo combate, o vencedor atual também será mais desafiado, o que o leva a novas aprendizagens. A morte significa uma incorporação da potência do outro e não seu aniquilamento. Tal fato pode ser observado na configuração do que chamaremos de “espaços de afinidade” (Gee, 2007), um conjunto de compartilhamentos e regras subjacentes que emerge em torno do jogo, permitindo aos novatos aprenderem com os *experts*, permitindo a disseminação do conhecimento, a ocorrência de um deslocamento do eu e a emergência de um coletivo. De modo que, nesse espaço, a normativa é de desenvolvimento, de aprimoramento e de compartilhamento.

No intuito de produzir estudos acompanhando jogadores imersos, traçamos um projeto de pesquisa que busca, ao “jogar com” diferentes jogadores iniciantes e experientes, pensar como essa experiência evidencia modos de operar de nossa própria cultura e como ela pode ser tratada nos campos da saúde e da educação. A partir dessa proposta, desenvolvemos um projeto com três oficinas de *videogames* envolvendo usuários e trabalhadores de um serviço de saúde mental. Um dos primeiros desafios foi conversar com os profissionais de saúde sobre a conexão existente entre *videogames* e cultura. Precisávamos, ao mesmo tempo, combater a ideia de que os *videogames* são estranhos à cultura ou de modo geral prejudiciais à saúde, assim como construir um espaço para seu uso dentro de um serviço de internação.

Optamos pelo uso de oficinas, que se tornaram um espaço terapêutico de destaque a partir da reforma psiquiátrica por se apresentarem como uma alternativa à psiquiatria clássica. Oficinas terapêuticas permitem que o paciente psiquiátrico acesse atividades laborais, artísticas ou comunicativas

com o intuito de uma reinserção social. Tradicionalmente, elas estão vinculadas ao movimento da reabilitação psicossocial (Cedraz & Dimenstein, 2005). Tomamos, por outro lado, a oficina como uma intervenção que coloca em primeiro plano um fazer compartilhado, que desestabiliza a relação tradicional entre saber e fazer, uma vez que o conhecimento técnico - das áreas disciplinares vinculadas à saúde - pode ser colocado em suspensão, no que se refere às ações protagonizadas na oficina. O que conta é o fazer em conjunto no mundo do *videogame*.

Simultaneamente, tomamos a oficina como dispositivo de pesquisa, uma vez que ela nos permite acompanhar uma processualidade que ocorre a partir de uma determinada configuração de elementos que atuam ao mesmo tempo, não nos limitando apenas ao produto final, mas incluindo seu processo de produção. No desdobramento das atividades, existe uma disposição de materialidades, ideias e sentimentos que podem ser percebidos, propostos e retomados a cada encontro. Os encontros não se definem unicamente pelas características dos objetos materiais que guiam o fazer de cada oficina – no caso, os *videogames* –, mas também o modo como estão disponibilizados e a maneira como os participantes se dispõem à ação constituem um domínio que se delinea a cada momento. Toda a oficina é centrada no compartilhar, na ideia de um espaço em comum que permite o encontro dos participantes com um modo de organização específico (Araldi, Piccoli, Diehl, & Tschiedel, 2012).

Esse fazer compartilhado se produz com certas materialidades. Elas constituem um dos atores desse fazer em comum, ao definir um domínio de experiências, ações e possibilidades de compartilhamento. As particularidades de cada objeto são o que conduz o funcionamento da oficina, pois as características de cada suporte vão contribuir com tipos distintos de compartilhamento (Araldi et al., 2012). No caso de nossas oficinas, o *videogame* atua como um actante no processo.

Embora seja recorrente a comparação dos *videogames* com a televisão e o cinema, a experiência com os *videogames* nos mostra que ele tem mais em comum com obras espaciais, como a escultura ou a arquitetura, do que com obras narrativas unidirecionais (Squire & Jenkins, 2002).

Jogos eletrônicos são ambientes construídos. Os *designers* do jogo criam mundos imersivos com regras embutidas e relações entre objetos que permitem experiências dinâmicas. Essa organização espacial serve, em termos gerais, para criar uma atmosfera que encoraja a *performance* do jogador, a competitividade ou a colaboração, de acordo com cada caso. Esses elementos e regras definem os termos iniciais da experiência dos jogadores. O ambiente é projetado para apresentar aos jogadores objetivos claros, de modo que estimule o jogador a identificar os problemas e desenvolver planos de solução. Cada um desses espaços possui muitos pontos de entrada e saída e diversos caminhos possíveis, dando oportunidade para jogadores lidarem de modo criativo com esses problemas (Squire & Jenkins, 2002).

Squire (2006) propõe que os *videogames* sejam entendidos como uma experiência projetada, um contexto, em vez de um texto, no qual a experiência ocorre. Alguns *game designers*, por exemplo, pensam sua tarefa como a de criar o contexto onde essa experiência acontece, planejando as regras, as representações e os papéis dos jogadores; criando parâmetros em que os jogadores podem se expressar. Isso gera uma tensão sobre quem, de fato, é o autor da experiência do jogo. (Squire, 2006). Se aceitarmos esse pressuposto, o importante é compreender os modos de habitar esses espaços, os mecanismos utilizados para criar sentidos e como esses sentidos e experiências emergem. Para seu estudo, é necessária uma ontologia que leve em consideração a ação dos jogadores ao criar essa experiência.

Steinkuehler (2006) descreve esse processo de jogar como uma fusão de produção e consumo de intenções humanas – dos

jogadores e dos *designers* – resultando em modos de habitar esses espaços que são completamente distintos do projeto original. O modo como cada jogador participa do jogo não é facilmente determinado pelas regras disponíveis. Esses modos têm uma tendência a se transformar e evoluir até o agenciamento entre as regras disponíveis e as práticas emergentes atingirem um ponto de equilíbrio – ainda que temporário.

A intervenção aqui analisada foi realizada no espaço do Centro Integrado de Atenção Psicossocial (CIAPS), um serviço de atendimento em saúde mental para crianças e adolescentes em sofrimento psíquico. Ele constitui parte da estrutura do Hospital Psiquiátrico São Pedro, vinculado à Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, atuando por meio do Sistema Único de Saúde. Possui um serviço de internação, com dez leitos para crianças e dez leitos para adolescentes, que atende a algumas regiões do estado, e um ambulatório, destinado a crianças e adolescentes no território de abrangência do serviço, na cidade de Porto Alegre.

As oficinas foram realizadas em três sábados consecutivos, durante a manhã e a tarde, como uma atividade opcional, na qual os internos e os trabalhadores eram convidados a participar. Tinham a duração de aproximadamente uma hora e trinta minutos e cada grupo contava com cerca de vinte participantes. A participação dos menores foi autorizada pelos pais através da assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido e seus nomes foram substituídos por pseudônimos ao longo do texto. As oficinas eram acompanhadas por trêsicineiros ou mais, participantes do projeto de pesquisa. O objetivo das oficinas não era somente a interação com os jogos eletrônicos, mas também o uso e exploração de diferentes *softwares* e tecnologias digitais (como vídeo e fotografias), disponibilizando aos participantes novos modos de expressão e comunicação. Elas eram estruturadas em três momentos. No primeiro, discutiam-se as propostas para o trabalho daquele encontro. O segundo momento abarcava a execução da oficina,

onde os *games* eram jogados em duplas, enquanto os demais participantes filmavam, fotografavam e/ou assistiam e comentavam o jogo. E, por fim, havia um momento no qual os participantes compartilhavam sua experiência.

No primeiro encontro utilizamos o jogo musical *Guitar Hero* (Harmonix, 2005), no qual o jogador utiliza o controle do *videogame* para simular uma guitarra e avança de acordo com a sintonia que é capaz de estabelecer com a música. Apesar de o modelo de jogo servir aos propósitos da pesquisa, ele pareceu não atingir as expectativas dos participantes da oficina. Uma das hipóteses levantadas na avaliação posterior foi que as músicas disponíveis no jogo não se conectavam com a cultura daqueles jovens. Nos dois encontros seguintes propusemos outros dois jogos. O *Pro Evolution Soccer 6* (Konami, 2006), no qual dois jogadores se enfrentam, cada um controlando um time de futebol, e o jogo de corrida *Need for Speed: Carbon* (EA Canada, 2006). Esses últimos tiveram mais aceitação por parte dos participantes.

A análise que se segue foi feita a partir do diário de campo construído pelosicineiros participantes do projeto de pesquisa. Um dos elementos centrais da análise é a emergência, nas oficinas, de um tipo de comunidade. Uma experiência “em comum” provida pelo *videogame*. O segundo elemento de análise diz do modo como instituição e funcionamento da oficina interpenetram-se e como esse modo de pesquisa se distancia da neutralidade da coleta de dados, aproximando-se da noção de produção desses dados, de uma forma mais alinhada com as propostas da pesquisa de intervenção.

## **VIDEOGAMES, ESPAÇOS DE AFINIDADE E COMPARTILHAMENTO**

Comunidade é um termo que tem sido amplamente utilizado, frequentemente associado à *Internet*. É empregado geralmente para descrever pessoas interessadas pelo mesmo estilo musical, pelo mesmo autor, por algum tipo de comida ou que seguem alguma

crença. Existem também outros tipos de comunidade, por exemplo, um fã clube ou um grupo terapêutico. A comunidade conecta e interconecta essas pessoas, confirmando assim que existe algo em comum entre elas que pode ser largamente compartilhado.

No estudo das oficinas de *videogame*, fizemos um exercício de pensar além dessas definições de comum e comunidade. Isto não invalida as anteriores, mas aprofunda o sentido que elas podem assumir no nosso dia a dia e no dia a dia dos serviços de saúde mental. Partimos da noção proposta por François Jullien (2008) que, em uma abordagem filosófica, discute três conceitos: o universal, o uniforme e o comum. Enquanto o primeiro é lógico, o uniforme é puramente econômico, o comum é essencialmente político. Assim, segundo Jullien:

Na outra ponta do triângulo, está o comum, conceito que não é lógico (ou derivado da razão) como o universal, tampouco econômico (ou derivado da produção), como o uniforme, mas que, em sua essência, é político: o comum é aquilo de que temos parte ou tomamos parte, o que é partilhado e do qual participamos (Jullien, 2008, p. 36).

O comum é colocado como um lugar de (com)partilhamento que se constitui na experiência; não é estabelecido *a priori* como o universal, tampouco é dado como padrão com intuito de uniformização (Jullien, 2008). O comum não se limita a valorizar o que há de semelhante, mas olha para o singular, ou individual, de cada sujeito, fazendo daí emergir uma comunidade.

A literatura tem denominado de “comunidade de prática” os coletivos que se filiam a determinados temas na *Internet* e que compartilham questões educacionais e de trabalho (Wenger *et al.*, 2002). Gee (2007), por outro lado, sugere a denominação de “espaços de afinidade” uma vez que a ideia de comunidade pode levar a sentidos de pertencimento e de relações de consensualidade que não são adequadas ao conjunto das relações existentes nos espaços de trocas gerados pelos *videogames*. Pensamos

que o termo “espaços de afinidade” ganha ainda mais pertinência quando utilizado para se referir às práticas do *videogame* em uma oficina, deslocando o objetivo de “jogar bem” para o de compartilhar o jogo. Algumas das características desse espaço são encontradas facilmente em oficinas, tais como: (a) a participação é aberta a qualquer usuário; (b) há o compartilhamento do mesmo espaço por iniciantes e veteranos; (c) existe o poder dos participantes de definir e transformar o ambiente; (d) o conhecimento é compartilhado entre os jogadores e; (e) existem múltiplas formas de participar.

Os espaços de afinidade se relacionam a algum conteúdo. É um espaço de algo/espaço para algo. Para Gee (2007), é possível analisar o conteúdo nesses espaços de afinidade de dois modos. De um modo direto, ou seja, de como ele está organizado, o que está presente e o que está ausente. Mas também podemos pensá-lo de um modo indireto, tal como nos modos como os integrantes interagem com o conteúdo. No caso dos *videogames*, focar o conteúdo, de um modo direto, significa perguntar sobre o *design* desses jogos, enquanto que focar na via interacional significa perguntar como as pessoas organizam seus pensamentos, suas crenças, seus valores, suas ações e suas interações sociais em relação aos sinais que estão disponíveis nos jogos. Mas, o mais interessante nos *videogames* é que podemos interagir diretamente com os conteúdos em tempo real nas estratégias do jogo. Conteúdo e interação estão juntos uma vez que o avatar é, ao mesmo tempo, parte e não parte do conteúdo do jogo, pois também depende de um jogador que o opere. Essa imersão como conteúdo do jogo é uma experiência inusitada que pode ampliar modos de experiência de si. Gee (2009b) recorre à expressão “Eu-enquanto-personagem” para assinalar a experiência de deslocamento identitário que o processo de assumir o controle de um avatar desencadeia no jogador.

As relações estabelecidas nas oficinas de *videogames* nos mostraram momentos de emergência coletiva que relacionamos aos espaços de afinidade que se instituíam:

atitudes como ajudar os colegas no entendimento das regras ou no manuseio dos controles do jogo, ajudar e encorajar outros a participar do jogo, criar momentos de troca, aprendizado e um espaço para interação compartilhamento e coexistência.

As oficinas permitiram observar três tipos distintos de compartilhamento, embora complementares. O primeiro se refere à coordenação de ações com o próprio jogo e com seus periféricos. Cada jogo se organiza como um mundo, com um conjunto de regras, de objetos, de objetivos, de possibilidades e de restrições que lhe são próprios. Devido a essas características, o jogo requer um acoplamento, ou seja, coordenação de ações que considerem essa estrutura para, a partir dela, poder inventar seus próprios percursos. Essas características podem possibilitar mais ou menos imersão de acordo com as possibilidades dos participantes e as disposições do ambiente virtual. A relação estabelecida com o jogo faz que o jogador sintam-se dentro, sendo parte do jogo, o que permite que ele experimente seu potencial para jogar e competir.

Diferente de uma tecnologia predominantemente narrativa como a do livro, por exemplo, não se chega à apropriação de um jogo eletrônico através da leitura de seu manual. Tampouco sendo somente um expectador. O acoplamento se produz através da exploração (Levy, 2004) da manipulação do jogo, de suas variáveis e seus controles. É pela imersão que o jogo se releva e os jogadores podem constituir outras experiências para além daquelas que são programadas. O sentido se incorpora à ação dos jogadores. Desse modo, cada jogador encontra informações diferentes em outra ordem, o que conduz a um histórico de ações distinto e, portanto, significados e compreensões diferentes. Além disso:

[...] foi interessante observar a postura enquanto jogavam; corpo solto na cadeira, muitas vezes joelho dobrado, apoiado na cadeira da frente, sentados como num carro de corrida; foco, com concentração na ponta dos dedos e olhos grudados na tela;

movimentos rápidos, toques leves nos botões fazem com que o carro consiga acompanhar o movimento sinuoso da pista; agora entendo por que, nas minhas tentativas de jogar, descambo para um lado e para outro, perdendo o controle; não dá para pressionar o botão; é preciso somente tocá-lo de leve, pois isso já é suficiente (Diário de campo, novembro de 2010).

O acoplamento ao *videogame* se configura em uma ordem diferente dos acoplamentos da experiência fora dele. Os jogos são desafiadores por colocarem o jogador diante de uma situação de risco inesperado, a qual pode ser experimentada com outro grau de consequências ao próprio acoplamento. Assim, embora fracasse em alguma missão, o acoplamento se rompe circunstancialmente, mas pode ser retomado. Gee (2009a) diz que:

[...] os bons videogames reduzem as consequências das falhas dos jogadores; quando erram, eles sempre podem voltar ao último jogo que salvaram. Os jogadores são assim encorajados a correr riscos, a explorar, a tentar coisas novas. Na verdade, fracassar em um game é uma coisa boa (p. 171).

O resultado disso pode ser percebido como um segundo tipo de compartilhamento ocorrido nas oficinas. O compartilhamento de experiências que se dá no momento em que os participantes ajudam uns aos outros no entendimento das regras do jogo, distribuem seu *know-how* e habilidades.

Os jogos promovem essa cooperação, produzindo um em-comum entre os jogadores. Gee (2009b) fala de jogadores que não são apenas consumidores mas também produtores: eles não obtêm a informação pronta, mas ajudam a "escrever" o seu mundo. Essa é uma forma positiva de pensar sobre os jogos, em vez de simplesmente pensar que eles "não são bons." Bons jogos funcionam como simulações que ensinam formas de vida que podem ser transportadas para a vida diária das pessoas, como a cooperação, como se descreve a seguir:

Baum, C. & Maraschin, C. Oficinas de *videogame* como dispositivo de compartilhamento em um serviço de saúde mental

---

Maurício e Marcos tiveram dificuldade de saber se eram eles que jogavam ou se era o computador. Afirmavam que “não era de verdade” que “os jogadores jogavam sozinhos”. André mostrou a eles que eram eles que estavam jogando. Foi Marcos quem descobriu que além das setas de direção, o botão com o sinal de um círculo fazia chutar e o do X fazia o passe. Com essas descobertas conseguiu fazer gols. O que lhe deixou muito feliz. Após, Chandler e Eric fizeram outra partida, Eric conseguiu rapidamente coordenar os controles com os movimentos dos jogadores e fez 2 gols. Ele ficou dizendo “Pô, eu sou bom em futebol!” Indicando a surpresa que teve com seu próprio desempenho (Diário de campo, novembro de 2010).

Um terceiro compartilhamento é o de como a cultura dos jogos produz questões aos padrões através dos quais a educação e a saúde organizam experiências planejadas para crianças e jovens. Um dos atrativos dos jogos parece ser justamente sua endogenia, na qual a motivação e o contexto estão intrinsecamente ligados à jogabilidade. Ou seja, ao inserir os jogos em outros contextos, como os da saúde e os da educação, é preciso não perder de vista a conexão com a jogabilidade. O contexto projetado no interior do jogo relaciona-se com o contexto onde ocorre a oficina. O contexto do jogo expande o contexto do CIAPS, multiplicando as possibilidades de experiências em um serviço de saúde mental. “Pô, eu sou bom em futebol!” é uma sensação que dificilmente seria possível no contexto hospitalar, a não ser através dos *videogames* (uma vez que esses usuários encontram-se internos em uma instituição que não dispõe de recursos para realizarem atividades fora do espaço de confinamento), mas ao mesmo tempo expande a experiência de estar em um serviço de internação psiquiátrico. Os jogos proporcionam aos jogadores “um sentido real de agência e controle”, dando um “senso de propriedade sobre o que estão fazendo” (Gee 2009a. p.170).

Em vista disso, podemos tomar os *games* como sendo mais do que tecnologias, como meios que comportam práticas sociais. O jogo

provoca uma sinergia com o contexto no qual ele é jogado, o que implica que tanto os jogadores (no momento de cada partida), como os espectadores, os oficineiros e os oficinantes fazem parte dos espaços de afinidade, contribuem e constituem a jogabilidade. Nessa perspectiva, os *games* passam a ser um modo de exploração de mundos na cultura.

Essas são importantes possibilidades quando pensamos no trabalho em saúde mental para as crianças e os jovens. Em nossa experiência, as oficinas abriram um espaço de experimentação, possibilitando graus de autoria em sua ação. As normas da instituição psiquiátrica são rígidas. Existem poucos espaços de experimentação onde os usuários possam escolher algo sobre o seu fazer. Vemos então os jogos de *videogame* como geradores de discursos divergentes em tal ambiente.

Segundo Passos e Kastrup (2012), a experiência de criação da oficina constrói uma noção de coletivo e a própria instituição dessa noção transforma a experiência de internação. As conexões que se estabelecem entre os participantes no decorrer de uma oficina, como também as relações consigo mesmo, não são identitárias, no sentido de confirmarem algo já sabido, mas operam ampliando o espaço de experimentação de si e do mundo. Quando algum participante está jogando, da mesma forma que interage com o mundo do jogo, experimenta a si mesmo. Experimentando o fluxo de informação que vem do *videogame*, seja o som ou as imagens - ao mesmo tempo percebe-se imerso nele. A atenção circula entre o *videogame* e uma atenção a si. Ao mesmo tempo em que se concentra no processo de jogar, ele se percebe concentrado no processo de criação, de jogo. É como se houvesse uma espécie de fronteira, uma espécie de dois lados da mesma experiência, uma vez que:

Ao mesmo tempo em que estou criando, me experimento criando, eu me percebo criando. E isso cria certa relação consigo, que não é uma relação com o plano identitário, mas com o plano das virtualidades, então eu me vejo fazendo coisas que eu jamais imaginei que fosse fazer (Passos & Kastrup, 2012).

Baum, C. & Maraschin, C. Oficinas de *videogame* como dispositivo de compartilhamento em um serviço de saúde mental

O participante, seja ele oficinairo ou afinando, se percebe participando de um processo e se surpreendendo com algumas coisas que fala, com a coragem que teve de se colocar ou com a ideia que deu e foi aceita e que acabou vindo a compor aquele produto. O *videogame* em especial convoca essa experiência, colocando o jogador em situações inusitadas, que podem ser muito distantes do cotidiano, mas que transformam a percepção de si e a relação com o grupo. Desse modo:

Em um momento, ao iniciar nova partida, selecionaram um jogo individual em uma pista [de corrida] muito difícil, com um precipício. Henrique estava jogando e “voou” precipício abaixo. Ficou atônito. Levantou-se surpreso e disse que havia morrido (mas com uma surpresa de ter um enorme desafio pela frente). Michel quis também jogar e novamente caiu no abismo e teve a mesma sensação que Henrique (Diário de campo, novembro de 2010).

No presente caso, o fato de os jogos estarem inseridos em um formato de oficina faz com que seu potencial de compartilhamento possa ser ainda mais explorado. Em uma oficina há espaço para proposições singulares, mas existe a ênfase de que as mesmas possam ser compartilhadas, postas em comum. O comum e o singular não estão em contradição, mas em um exercício, muitas vezes tenso, entre imersão, reconhecimento, pertencimento e diferença. Do mesmo modo que no jogo, em uma oficina há o convite a um linguajar que é capaz de acolher a diferença e produzir compartilhamento e trânsito, compondo outras parcerias.

### OFICINAS COMO FERRAMENTAS

Tradicionalmente, pensamos os serviços de saúde mental como locais de tratamento e cura. O movimento da reforma psiquiátrica nos mostrou, por outro lado, que o hospital psiquiátrico pode excluir, dividir e rotular.

A lógica manicomial, afinal, não se restringe ao modo pelo qual são tratados os pacientes,

mas se configura como um dispositivo; uma ordem naturalizada que organiza elementos heterogêneos em torno de certa manifestação discursiva que toma importância em um dado momento histórico. Nas palavras de Foucault (1995), o dispositivo é:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (p. 244).

O dispositivo psiquiátrico tem sua maneira de dar visibilidade a algumas práticas e tornar outras invisíveis pela maneira como dispõe sujeitos, conhecimentos e materiais. Como Deleuze (1990) afirma, diferentes elementos compõem um dispositivo, mas o mais importante é que o dispositivo se movimenta:

Todo o dispositivo se define pelo que detém em novidade e criatividade, e que ao mesmo tempo marca a sua capacidade de se transformar, ou de desde logo se fender em proveito de um dispositivo futuro, a menos que se dê um enfraquecimento da força nas linhas mais duras, mais rígidas, ou sólidas. E, na medida em que se livrem das dimensões do saber e do poder, as linhas de subjectivação parecem ser particularmente capazes de traçar caminhos de criação, que não cessam de fracassar, mas que também, na mesma medida, são retomados, modificados, até a ruptura do antigo dispositivo (p. 159).

As oficinas aqui descritas operam no interior do dispositivo psiquiátrico, trazendo a universidade e a tecnologia para seu interior. No fazer-oficina circulam conhecimentos, técnicas, experiências e produção de subjetividade. Kastrup e Barros (2010) sugerem que o dispositivo panóptico descrito por Foucault atuaria em um plano molar, enquanto as oficinas atuariam como uma ferramenta no plano molecular, que dispõe materialidades e

subjetividades em uma configuração alternativa. “Trata-se, então, de dispositivos dentro de dispositivos, como na série de bonecas russas” (p. 79). O termo série aparece justamente para indicar a ligação existente entre os dois planos e o agenciamento concreto que permite o funcionamento e o efeito de ambos.

Essa proposta, que é simples à primeira vista, sustenta-se através de pequenos rompimentos e diferenças que florescem dentro do cotidiano do hospital. Entre essas diferenças, podemos citar a participação voluntária nas oficinas, que deixa aos jovens a opção de escolher participar ou não; a liberdade para propor novas ideias e se apropriar singularmente de tudo que é disponibilizado na oficina; e a proposta de experimentação em grupo, de suspensão de identidades individuais para uma composição coletiva que extrapola os limites de prontuários e fichas de pacientes e dos trabalhadores do serviço.

As oficinas atuam como ferramentas sobre as linhas de subjetivação propostas por Deleuze, na borda do dispositivo, permitindo que se acompanhe a passagem de um dispositivo ao outro, mostrando pontos de fratura nos modos dominantes de subjetivação. Uma vez que, inventar novas formas de viver não se dá em um campo livre de constrangimentos, para ocorrer, essa invenção se utiliza de configurações em situações específicas. É assim que a oficina pensada como ferramenta permite a irrupção daquilo que se encontrava bloqueado para a criação, desfazendo códigos que se encontrariam, de outro modo, pré-determinados. A tecnologia age, nesse caso, na modulação das possibilidades de criação (Araldi et al., 2012).

Podemos dizer que esse processo se dá através de um efeito de grupalização ou de formação de um coletivo, quando é proposto um momento de suspensão das identidades e de experimentação de si. Trata-se de um espaço onde é possível interagir principalmente por meio de um esforço em comum, podendo-se deixar em segundo plano

elementos identitários como gênero, raça, profissão ou diagnóstico. O *videogame* permitiu reorganizar os participantes, não mais entre crianças e adolescentes, oficinheiros e oficinados, mas em uma horizontalidade a favor de um objetivo em comum. Mesmo uma possível divisão entre os que sabem jogar mais e os que sabem menos é diluída nos desafios. O que se forma é um *continuum* de pessoas que pode variar do desconhecimento completo à especialidade, mas que vai se produzindo no encontro dessas diferenças, no atravessamento de múltiplas vozes, sem que nenhuma seja adotada como a autoridade, pois:

[...] enquanto não joga, presta atenção na tela, observa as sequências, ouve as músicas. Ocorre então certo deslocamento, ele deixa de olhar unicamente para a tela e começa a observar minhas mãos enquanto jogo. Quer saber como me movimento, como se eu escondesse um segredo sobre o jogo. Que ele tem que descobrir. Ele deixa isso bem claro quando diz: ‘Ele tem as manha’ (Diário de campo, novembro de 2010).

A organização da oficina com *videogames* deixa vir a tona um comum que perpassa todos os participantes - isso porque o conhecimento não se encontra, como poderia se pensar, isolado “dentro” de um dos participantes, mas está disperso não só entre os jogadores, mas também nos jogos, nos *videogames* e mesmo na composição da oficina. Tal modo de operar constitui uma rede através da qual os saberes e as habilidades de cada um podem se conectar e ser distribuídos, de modo que os participantes passam a agir em conjunto com resultados inesperados e mais eficazes do que se agissem sozinhos. Esse conhecimento flui e se constrói através da prática e, eventualmente, pode ser traduzido em palavras como “ele tem as manha”. Ainda assim essas atuações articulam-se e contribuem para alcançar o objetivo do jogo.

Quando dispomos de espaço para a invenção e deixamos de lado os significados individualizantes que foram atrelados aos jovens durante toda sua vida e reforçados,

Baum, C. & Maraschin, C. Oficinas de *videogame* como dispositivo de compartilhamento em um serviço de saúde mental

durante sua passagem pelo manicômio, existe a possibilidade de ressignificação. Como podemos ver neste trecho:

Ao contrário, eles ficam cantando. Reproduzindo o ritmo da música, a sonoridade da letra. Se deixam afetar. Eu também me deixo afetar. [...] Enquanto jogávamos não éramos um interno e um oficineiro. Éramos adversários em um jogo amistoso. As grades não importavam, os remédios não importavam. A enfermagem não tinha função. Nos misturamos tanto, que me pego jogando com contra Daniel, oficineiro, e os oficinantes nos observam e dão palpites. Constituímos a própria lateralidade que tanto elogiamos. Eu não era um professor, que tinha algo a dizer sobre o jogo. Eu era um adversário, cujo enfrentamento representava um bom desafio. Com uma interação que só era possível através dos controles e da tela. Ninguém queria uma aula (Diário de campo, novembro de 2010).

A proposta de trabalho com oficinas de *videogames* ganha importância quando levamos em consideração a produção de uma dimensão existencial para além daquela produzida pelo dispositivo psiquiátrico. Não se trata, todavia, de um universo paralelo ou alternativo, e sim de um desbloqueio das vias criativas. Ou seja, propomos o trabalho com outras linhas do dispositivo e com um regime de luz que dê visibilidade a outros aspectos e valores invisibilizados pelo cotidiano do hospital psiquiátrico. A oficina é capaz de dispor inúmeros artifícios para buscar, nas fissuras de um dispositivo instituído, o combate daquilo que impede a vida de manifestar suas diversas possibilidades.

## REFERÊNCIAS

- Araldi, E., Piccoli, L., Diehl, R., & Tschiedel, R. (2012). Oficinas, TIC e saúde mental: um roteiro comentado. In A. Palombini, C. Maraschin, & S. Mochen. *Tecnologias em Rede: Oficinas de Fazer Saúde Mental* (pp. 43-58). Porto Alegre: Sulina.
- Cedraz, A. & Dimenstein, M. (2005, setembro). Oficinas terapêuticas no cenário da Reforma Psiquiátrica: modalidades desinstitucionalizantes ou não? *Rev. Mal-Estar Subj.*, 5(2), 300-327.
- Deleuze, G. (1990). O que é um dispositivo? In: L. Janeira (Ed.), *L. Michel Foucault, filósofo* (pp. 155-161). Barcelona, España: Gedisa
- Ea Canada. (2006). *Need for Speed: Carbon*. [S.l.: s.n.].
- Foucault, M. (1995). Sobre a história da sexualidade. In M. Foucault. *Microfísica do poder* (pp. 137-162). Rio de Janeiro: Graal.
- Gee, J. P. (2007). *Good videogames + good learning. Collected essays on videogames, learning and literacy*. New York: Peter Lang Publishing.
- Gee, J. P. (2009a, janeiro/junho). Bons videogames e boa aprendizagem. *Perspectiva*, 27(1), 167-178.
- Gee, J. P. (2009b). *What video games have to teach us about learning and literacy*. New York: Palgrave Macmillan.
- Harmonix. (2005). *Guitar Hero*. [S.l.]: Activision.
- Jullien, F. (2009). *O diálogo entre as culturas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Kastrup, V. & Barros, R. B. (2010). Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In E. Passos, V. Kastrup, & L. Escóssia (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa, intervenção e produção de sujeitos* (pp. 76-91). Porto Alegre: Sulina.
- Konami. (2006). *Pro Evolution Soccer 6*. [S.l.: s.n.].
- Levy, P. (2004). *As tecnologias da inteligência: O futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34.

Baum, C. & Maraschin, C. Oficinas de *videogame* como dispositivo de compartilhamento em um serviço de saúde mental

---

Maraschin, C., Francisco, D., & Diehl, R. (Orgs.). (2011). *Oficinando em Rede: oficinas, tecnologia e saúde mental*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Palombini, A., Maraschin, C., & Mochen, S. (2012). *Tecnologias em Rede: Oficinas de Fazer Saúde Mental*. Porto Alegre: Sulina.

Passos, E. & Kastrup, V. (2012). Tecnologias, oficina e saúde mental: Conversações. In A. Palombini, A., C. Maraschin, & S. Mochen. *Tecnologias em Rede: Oficinas de Fazer Saúde Mental* (pp. 193-217). Porto Alegre: Sulina.

Simondon, G. (1958). *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier.

Steinkuehler, C. (2006, July). The Mangle of Play. *Games and Culture*, 1(3), 199 -213.

Squire, K. D. (2006). From content to context: Videogames as designed experiences. *Educational Researcher*, 35(8), 19-29.

Squire, K. D. & Jenkins, H. (2002). The Art of Contested Spaces. In L. King, & B. Conrad (Orgs.). *Game On!* (pp. 64-75). London: Barbican.

Squire, K. D. & Steinkuehler, C. A. (2005). Meet the gamers. *Library Journal*, 130(7), p. 38-43.

Squire, K. D. & Giovanetto, L. (2008). The Higher Education of Gaming, *E-Learning and Digital Media*, 5(1), 2- 8. Retrieved in July 16, 2001, of <http://dx.doi.org/10.2304/elea.2008.5.1.2>

Wenger, E., Mcdermott, R., & Snyder, W. M. (2002). *Cultivating communities of practice*. Cambridge, MA: Harvard Business School Press.

Recebido: 26/06/2012  
Revisado: 14/02/2013  
Aprovado: 12/06/2013

## **Prisioneiros do sem-sentido: o sofrimento psicossocial e existencial de adolescentes autores de ato infracional**

### **Prisoners of the meaningless: the psychosocial and existential suffering of law-breaking adolescents**

Maria Clara Jost<sup>1</sup>

#### **Resumo**

Este artigo tem por objetivo ser uma reflexão teórica que possibilite compreender as características do sofrimento psicossocial e existencial de rapazes-adolescentes autores de ato infracional. Essas características emergiram como resultado de entrevistas coletadas em trabalho anterior, procurando articular os sofrimentos da adolescência vivida em contextos de exclusão e violência com as características da sociedade contemporânea que, ao desvalorizar a vinculação afetiva e a alteridade, exerce impacto sobre adolescentes já vulnerabilizados, engendrando sofrimentos que se sobre-determinam e que configuram uma problemática que abarca diversas dimensões. Partindo de uma abordagem teórica multidisciplinar, mas fundamentada numa abordagem fenomenológica existencial, procura-se dar ênfase à compreensão do sofrimento existencial desses adolescentes que aparece em queixas de esvaziamento do horizonte de sentido, tema pouco explorado na literatura, trazendo na conclusão reflexões que permitem pensar novos caminhos de intervenção psicossocial e enfrentamento dessa problemática.

**Palavras-chave:** sofrimento psicossocial, sofrimento existencial, intervenção psicossocial, adolescentes, ato infracional.

#### **Abstract**

This article aims at being a theoretical reflection which allows us to understand the characteristics of psychosocial and existential suffering in young men-adolescents charged with juvenile offenses. These characteristics were the result of interviews collected in a previous assignment, in an attempt to articulate the sufferings of adolescence experienced within contexts of exclusion and violence and the characteristics of contemporary society which, upon devaluing the affective connection and the alterity, exerts an impact over adolescents who have already been made vulnerable, engendering sufferings which over-determine themselves and which consist in a problem which encompasses several dimensions. Starting from a theoretical multidisciplinary approach founded in a phenomenological existential approach, emphasis is given to the comprehension of the existential suffering these adolescents undergo, visible in complaints regarding the emptying of the horizon of meaning, an issue poorly explored in literature, bringing to the conclusion reflections allowing us to think of new paths for the psychosocial intervention and problem confrontation.

**Keywords:** psychosocial suffering; existential suffering; psychosocial intervention; adolescents; juvenile offenses.

---

<sup>1</sup> Mestra em Psicologia Social pela UFMG e doutoranda em Psicossociologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais PUCMG, BH - MG.

A problemática da adolescência vivida no contexto do crime e da violência é uma questão grave e de grandes proporções sociais, atingindo uma grande parcela da juventude brasileira, sendo por isso objeto de preocupação, de pesquisa e de estudo de diversos setores do conhecimento. No entanto, a despeito de todas as estratégias desenvolvidas para solucionar o problema, o índice de envolvimento e de reincidência dos adolescentes no crime é elevado<sup>2</sup>, reforçando, na sociedade e naqueles que trabalham cotidianamente com o problema, ideias de insolubilidade do problema.

Por outro lado, esse é um problema humano e da vida humana em relação, dimensão muitas vezes esquecida ao se perspectivar o todo social. Relega-se, dessa maneira, ao segundo plano, o sofrimento do sujeito-adolescente no seu brado angustiante de “querer ser gente” e em seu desejo humano não só de igualar-se, mas de distinguir-se e ser reconhecido, como alerta Sawaia (1999).

As questões que mobilizam o presente trabalho foram sendo elaboradas a partir dos resultados encontrados em uma pesquisa antecedente, concretizada por ocasião da dissertação de Mestrado. Esses resultados, por sua vez, foram obtidos por meio da análise dos conteúdos das entrevistas, individuais e semiestruturadas, realizadas com adolescentes institucionalizados do sexo masculino, em cumprimento de pena de privação de liberdade em virtude de atos infracionais cometidos (Jost, 2006, 2010).

As mencionadas entrevistas foram realizadas em instituição destinada a esse fim, localizada na periferia da cidade de Belo Horizonte<sup>3</sup>. Nesse contexto, foram entrevistados sete adolescentes, na faixa etária entre 15 e 18 anos, com duração de aproximadamente uma hora. Dessas entrevistas, três foram selecionadas pelo

método da saturação e pela riqueza dos depoimentos para os objetivos da pesquisa. O método utilizado para a realização daquele trabalho foi o fenomenológico, tal como proposto por Husserl (1859-1938), e seus conteúdos foram analisados por meio da análise fenomenológica.

Aquele trabalho objetivava compreender as motivações desses adolescentes para entrar no “mundo do crime”, ou ainda compreender suas buscas fundamentais que o crime parecia lhes responder. O material temático obtido, por sua vez, foi sistematizado e dividido em categorias que serão expostas em seção posterior. A partir das especificidades de cada depoimento, foram elaborados eixos fundamentais de significado, permitindo a explicitação de uma estrutura geral dos significados das vivências desses adolescentes e a generalização dos resultados a partir da compreensão dos elementos essenciais do fenômeno estudado.

Nesse contexto, todavia, foi-nos também possibilitada uma disponibilidade para acolhê-los em sua singularidade e especificidade, postura de escuta que nos possibilitou um encontro, caracterizado pela ênfase na dimensão intersubjetiva e nos aspectos fundamentais da existência, como definem Luczinsky e Ancona-Lopez (2010). De fato, elementos surpreendentes foram emergindo a partir do material coletado, mobilizando-nos para outras investigações, possibilitando a elaboração de novos questionamentos e novas reflexões teóricas, como é o caso do trabalho ora proposto.

Com efeito, ao escutá-los, foram se revelando sofrimentos físicos, psicossociais, ético-políticos e existenciais; sofrimentos que apareciam, muitas vezes, travestidos em relatos de ressentimento, revolta, ódios e desejos de vingança. Outras vezes, surgiam enlaçados em histórias de fuga, riscos e aventuras, contadas em tom de brincadeira, de risos e de orgulho do que conseguiram fazer, de quem conseguiram enganar, de como conseguiram fugir. Havia relatos também de puro heroísmo: os amigos que não delataram, mesmo sob tortura; os amigos que salvaram, se expondo ao “fogo cruzado com o inimigo”; os amigos que ajudaram, que deram “uma

<sup>2</sup> Segundo dados do Centro de Documentação Eloy Ferreira, o índice de reincidência atinge a marca de 46,6% só no estado de Minas Gerais. Fonte: [www.cedefes.org.br](http://www.cedefes.org.br).

<sup>3</sup> Optamos, por questões éticas, por omitir a identidade da instituição onde foi realizada a pesquisa de campo. Entretanto, mais dados e informações sobre a pesquisa supracitada podem ser obtidos em Jost (2006, 2010).

força”, que emprestaram dinheiro para comer, mesmo quando eles mesmos não tinham com o que se alimentar.

Histórias, sentimentos, relatos, narrativas de vida e de sofrimentos que foram nos envolvendo e nos inquietando. Percebíamos, expostos ali, feridas abertas, sofrimentos que, alguns, podíamos identificar, mas outros eram não nomináveis. De fato, em relatos de um “buraco no peito”, de uma descrença em relação ao sentido da vida, da presença de uma angústia diante do valor da própria existência, fomos percebendo que havia uma questão ainda mais primordial que atravessava as outras e mesmo as fundamentava.

O que se revelava não era uma explicação de suas causas ou motivos, mas também não se referia somente às suas buscas ou motivações. O que foi ficando evidente é que o sofrimento que se revelava, naquele contexto, se referia a uma ausência de motivações para viver, para construir, para vincular-se, para ter esperança. Estávamos, portanto, diante de um sofrimento de ausência de sentido para a vida, um sofrimento existencial que incapacitava o adolescente autor de ato infracional de apropriar-se de si em situações específicas de sua vida, corroborando afirmações de Aun, Morato, Noguchi e Nunes (2012). Contudo, como poderíamos nos instrumentalizar para enfrentar esse tipo específico de sofrimento?

Por outro lado, trabalhar com adolescentes autores de ato infracional não é tarefa óbvia. Exige que coloquemos “entre parênteses” certezas já estabelecidas, convicções pessoais, teorias e paradigmas consolidados. Eles nos desestabilizam e questionam, com sua ironia e descaso. Não nos trazem uma demanda, nem mesmo um sofrimento explícito; ao contrário, costumam se mostrar irônicos ou indiferentes. São desconfiados de nós, do mundo, deles mesmos: “*Maldito o homem que confia no homem, ainda mais bandido. Não dá para confiar não [...]*”<sup>4</sup>, afirmou-nos um deles.

Em suas falas, trazem-nos um amontoado de vivências e impressões; são obscuros, dando-nos somente indícios de seu sofrimento. Cabe a nós, literalmente, ler “entre-as-linhas”,

e descobrir o que está sendo dito ali. Porém, são linhas duras, engessadas, cristalizadas. Como encontrar brechas para adentrar no cerne desse discurso?

Múltiplas questões. Múltiplos sentimentos. Múltiplos fenômenos. Problema que envolve adolescência, adolescentes, crime, infração, exclusão e sofrimento. Complexidade que, como adverte Drawin (2011), pode ter um efeito de paralisia do pensamento ou de uma postura defensiva, quando recuamos para o nosso gueto especializado e nos abtemos de pensar aquilo que nos exige ser pensado. Entretanto, a razão, por ser intrinsecamente transgressora, não pode caber nos moldes rigorosos dos cânones metodológicos. Ao contrário, a razão é movida por seu próprio “inter-esse”. Isso significa, explica-nos o mesmo autor, que a razão está no meio (*inter*) das coisas, entrelaçada em seu ser (*esse*), enredada na vida cotidiana e na trama do mundo que nos surpreende e exige a busca de respostas.

Assim, mobilizados por nosso “interesse” diante dessa demanda específica, buscamos ampliar o horizonte de análise procurando, na fenomenologia de Husserl e no existencialismo de Heidegger, Tillich e Frankl, alicerces teóricos que nos possibilitassem compreender esse sofrimento que se desvelava aos nossos olhos. Com efeito, Husserl (1931/2001), ao postular o método fenomenológico, afirma que o caminho para o conhecimento se estabelece por meio da busca humana pelo sentido do mundo, do outro e de si mesmo. Também Berger e Luckmann (1966/1985) defendem que as realidades psicológica e social somente podem ser compreendidas como uma construção, simultaneamente objetiva e subjetiva, que se realiza por meio de um processo dialético contínuo, processo esse, por sua vez, fundamentado no relacionamento do sujeito com o mundo e com os outros, assim como nos significados que vão sendo dados à realidade social.

Em outras palavras, argumentam, por seu turno, Luczinsky e Ancona-Lopez (2010), o homem dá significado ao mundo e a si próprio, em todos os níveis, inserido em seus contextos e em sua especificidade própria, estruturado

<sup>4</sup> Dados da pesquisa de campo (Jost, 2006, 2010).

como um ser biopsicossocial e espiritual, posição legitimada por Aunet *al.* (2012) quando afirmam que abordar a problemática em pauta, a partir da fenomenologia existencial, abre outras possibilidades de ação e intervenção social por oferecer um espaço para o sujeito de compreensão de si como agente de sua história capaz de elaborar novas significações para o vivido.

Por outro lado, Velho (1999), Sarti (1996), Sawaia (1999) e Castro (2001), autores basilares na abordagem da problemática do adolescente autor de ato infracional, nos exortam a não perder de vista o caráter de inter-relacionamento complexo e permanente dos fenômenos psicológicos, sociais, biológicos e culturais que envolvem o assunto. Essa perspectiva multidisciplinar, a despeito dos posicionamentos teóricos diferenciados dos mencionados autores, se viabiliza por assinalar a unidade dialética do sujeito individual e social, sujeito que não é nem autônomo nem determinado em termos absolutos, vinculado à teia de relacionamentos humanos que continuamente estabelece, impactando no mundo e sendo por ele impactado. Esse posicionamento teórico corrobora considerações fundamentais da fenomenologia existencial, o que permite que a utilizemos como “fio condutor” de nosso olhar para o sofrimento desses adolescentes, marcados em todo o seu ser pelo ato infracional cometido.

É importante ainda ressaltar que os dados e os resultados obtidos na pesquisa da dissertação do Mestrado servirão aqui somente como ponto de partida, e que as falas dos adolescentes aqui citadas servirão apenas de ilustração para a reflexão teórica que pretendemos realizar. Assim, temos que o objetivo do presente trabalho é sublinhar as características dos sofrimentos percebidos nos adolescentes autores de ato infracional, em suas dimensões biológicas, psíquicas e sociais, procurando refletir particularmente sobre o sofrimento existencial expressado por esses meninos, articulando-os ao contexto da adolescência e às demandas de uma sociedade hedonista, individualista e consumista.

Para atingir esse objetivo, dividimos este

artigo em quatro partes que refletem sobre: a) a vivência da adolescência, designadamente da adolescência vivida em conflito com a lei, articulando essa problemática ao contexto contemporâneo; b) o sofrimento psicossocial engendrado pela vivência cotidiana da exclusão e da identificação de si mesmo como bandido; c) o sofrimento existencial dos adolescentes autores de ato infracional; e, por fim, d) as contribuições de Frankl (1946/1973, 1975/1978, 1977/1999) e da postura fenomenológica existencial como perspectivas possibilitadoras de abertura à vida, apostando na capacidade desses adolescentes de descobrirem novos sentidos para si e para o mundo.

## **1. ADOLESCÊNCIA E OS ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL**

Tornou-se senso comum, a partir da Modernidade, caracterizar a adolescência como um momento evolutivo do gênero humano que sofre as influências, na sua exteriorização, do marco cultural-social no qual se desenvolve, mas que, por estar embasada num fenômeno psicobiológico, possui certas peculiaridades que a distinguem. Nesse sentido, tanto Aberastury e Knobel (1970/1981) quanto Erikson (1968/1976) definem essa etapa da vida como um período de transição entre a puberdade e o estado adulto de desenvolvimento. Esse período é vivenciado de forma diferenciada conforme a cultura, fundamentando-se, porém, nas tarefas impostas e autoimpostas ao adolescente de reformular seus autoconceitos e construir e elaborar uma nova configuração de si mesmo. Dessa maneira, segundo os autores mencionados, esse seria um processo vivido com um sentimento de profunda desestabilização e desequilíbrio e também de conflito, ambivalência e crise identitária.

Por outro lado, Buhler (1967/1980) enfatiza esse período da vida como um momento de amadurecimento não só biológico, mas também psíquico e espiritual; momento da vida marcado por uma necessidade psíquica de complementação e pela busca de valores,

ideias e ideais que são vividos na adolescência, de forma encarnada e pessoal, naquele escolhido como representante de seu ideal. Destaca também como marcadores dessa fase vital o impulso para a liberdade e o desejo de realização nas relações pessoais e nas atividades que melhor permitam a plenificação das potencialidades de seu ser.

Castro (2001, 2011), por seu turno, partindo de um olhar diferenciado sobre a problemática da infância-adolescência, apesar de não desconsiderar a importância dos autores acima citados, questiona ideias sustentadas numa lógica desenvolvimentista. Adverte, nesse contexto, o perigo de se balizar o sujeito, seja ele criança seja adolescente, pela potencialidade, ou pelo *vir-a-ser*, definindo-o como alguém que ainda *não é*. Nesse aspecto, alerta para o risco de se condenar o sujeito-adolescente ou o sujeito-criança a uma posição de dependência e incapacidade social, política e cultural diante do adulto que *já é*, o que os conformaria a uma situação de silenciamento, reforçando sua exclusão da participação social.

A questão se torna mais complexa quando, além de marcado pelo conflito consigo mesmo, com o outro e com a família, se coloca em pauta o problema do adolescente em conflito com a lei. Nessa situação, questiona Castro (2001), se ele é “menorizado”, como poderia ser responsabilizado penalmente pelos seus atos? Por outro lado, se ele for sistematicamente desculpabilizado de seus atos – confirmado no lugar de marginalizado e excluído do sistema social por seu caráter de despossuído de possibilidades sociais – ele não se tornaria uma eterna vítima do que fizeram com que ele se tornasse?

Contudo, a outra face da mesma moeda não seria a sua culpabilização pura e simples? Essa posição não reforçaria uma lógica meramente punitiva e coercitiva que desconsideraria que as marcas físicas e psicossociais enraizadas nesses adolescentes engendram convicções que articulam a circunstância de se estar em conflito com a lei com a sua própria identidade? Por outra perspectiva, o desinteresse acerca dessas posições não nos tornaria cúmplices da sobreposição do adjetivo infrator ao

substantivo adolescente, reforçando o estigma social que parece – a eles e à sociedade – irremovível, como ponderam Goffman (1963/1988) e Volpi (2001) e mais recentemente Diógenes (2011) e Silva e Mélo (2012)?

Polêmicas dicotômicas que oscilam entre uma perspectiva psicologista, que encarcera o sujeito em sua história pessoal, e uma perspectiva sociologista, que aprisiona o sujeito ao socialmente determinado, limitando suas possibilidades de ação e sua capacidade de responder diferentemente ao já estabelecido (Jost, 2006, 2010). Sarti (1996), assim como Castro (2011), nesse aspecto, alertam que a tendência de se pensar os menos favorecidos como posicionados somente no lugar de dominados forja uma compreensão de que eles seriam destituídos não apenas de recursos materiais, mas também de recursos simbólicos, postura que efetivamente os impediria de “tomar posição” em *relação a* o que os submete.

Por outro viés, autores como Abramo (1997) atentam para o fato de que a maioria dos temas referentes ao adolescente e à juventude aparece associada ou a problemas sociais – como violência, crime e drogadicção – ou a situações sociais produtoras de sofrimento, não considerando as experiências e as percepções dos próprios jovens sobre as questões que os envolvem, posicionamentos que coadunam o tráfico e a marginalidade ao contexto da adolescência, conduzindo muitos desses jovens a responderem de forma a confirmar essas expectativas, enfraquecendo suas chances de vivenciarem experiências alternativas. Essa crítica é corroborada por Silva e Mélo (2012), que também apontam o impacto negativo sobre os modos de subjetivação dos adolescentes se atrelados a uma identidade infratora. Reforçam-se, assim, seus comportamentos de agressividade contra a sociedade e conseqüentemente da sociedade contra eles contribuindo para a perpetuação do problema.

Esses adolescentes são percebidos, destarte, como sujeitos a ações desvairadas e inconseqüentes; ações, por sua vez, que são percebidas como armadilhas do destino ou

mesmo como oriundas da lógica doentia instaurada na sociedade contemporânea. De qualquer forma, tornam-se, esses adolescentes, conforme alertam Diógenes (2011) e Kehl (2011), fontes de medo e de perplexidade, vistos ora com simpatia, pois são idealistas, ora como vítimas do sistema social, ora ainda como loucos e amedrontadores, impossibilitando qualquer tipo de positividade em relação às suas ações.

Por outro ponto de vista, são acrescentadas a esses sofrimentos as condições impostas pelas características da própria contemporaneidade, com sua ênfase no individualismo e sua exigência de gratificação imediata, forjando movimentos de perda de interesse pelo futuro e total indiferença em relação ao passado, como pondera Lasch (1983). Uma sociedade que, ao privilegiar o autocentramento do sujeito, conforme ressalta Birman (2001), enfatiza a “estetização da existência” e a exaltação gloriosa do próprio eu, seguindo uma lógica de desprezo pelos afetos e de inserção das relações pessoais na lógica do consumo e do descarte. Autoriza-se, dessa maneira, a manipulação do outro e o seu uso como objeto de predação e gozo para o próprio enaltecimento e consagração. Nesse cenário, forjam-se sujeitos sem vínculos e sem raízes, posicionamentos existenciais que, associados aos conflitos próprios da adolescência e a vivências de desenraizamento e despertencimento, tornam esses sujeitos vulneráveis aos apelos de uma sociedade consumista e hedonista, apreciadora do transitório e do efêmero, facilitando sua cooptação pelo crime organizado.

Destaca-se, dessa maneira, a necessidade premente de se considerar o adolescente, em seus diferentes contextos, como sujeito *capaz de se colocar*, dando espaço para seus posicionamentos e perspectivas. Nesse sentido, suas ações devem ser entendidas como possuidoras de um sentido particular, pois, ao serem construídas a partir de contextos relacionais múltiplos, não podem ser roteirizadas, possibilitando a insurgência do novo e do imprevisível, como afirma Castro (2001, 2011). Contudo, no caso de adolescentes que construíram seu estar-no-

mundo, suas relações com os outros e com a sociedade assim como sua compreensão de si mesmo no “mundo do crime”, como poderiam eles se apreender como *capazes de* alguma coisa diferente da criminalidade? Como poderiam recolocar-se, reposicionar-se, ressignificar-se?

## 2. DIANTE DO SOFRIMENTO: NU E CRU

No trabalho precedente (Jost, 2006, 2010), como colocado, ao buscar compreender os anseios, valores e expectativas dos adolescentes autores de ato infracional, já institucionalizados, os resultados revelaram formas específicas de pensar, sentir e agir em função do desejo de serem amados, da busca de uma definição de si mesmos e da necessidade de dar um sentido às suas vidas. Afirmaram esses adolescentes, naquele momento, querer pertencer, ter valor, criar, amar e construir. Contudo, expressaram a angústia da ausência de respostas a essas buscas e a carência de finalidade para suas vidas.

Inicialmente, identificamos nesses meninos a presença de um sofrimento, definido por Sawaia (1999) como ético-político, referindo-se à dor que surge da situação social de ser tratado como um “apêndice inútil da sociedade”, sofrimento que expressa a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social e da exclusão da participação na produção social, cultural e material da sociedade na qual querem se inserir nem que seja por uma “inserção social perversa”. Na medida em que avançávamos na pesquisa, todavia, foi se delineando um sentimento de fracasso, que se referia não somente a carências materiais e psíquicas, mas a uma frustração relacionada ao seu projeto humano de construção existencial.

Com efeito, eles descreveram um sentimento de desesperança que se expressou nas três categorias de análise abordadas no trabalho: (a) na estruturação da subjetividade, construída na relação que estabelecem com o mundo circundante: descreveram-se como excluídos, ignorados, coisificados; (b) na

elaboração de seus valores, construída na relação que estabelecem com os outros: descreveram-se como sendo insignificantes, incapazes, sem valor, “*um lixo humano*”; e (c) na percepção do sentido existencial, estabelecida em função de um projeto existencial e construída a partir de sua percepção de si mesmos: concluíam que não há possibilidades, não há mais vida, não há mais sentido (Jost, 2006, 2010).

A partir disso, fomos percebendo sofrimentos que se sobredeterminavam. De fato, ao sofrimento ético-político, já apontado, somavam-se o autojulgamento negativo, construído nas relações intersubjetivas, e o sofrimento existencial, na medida em que havia um esvaziamento da possibilidade de um horizonte de sentido mais abrangente. Esses sofrimentos foram sendo revelados, porém, de maneira não manifesta, pois apresentavam-se encobertos por palavras duras e cruas, por gestos agressivos e comportamentos violentos, por uma irritação amedrontadora, por uma irascibilidade no trato, palavras, gestos, “frases de efeito” construídas para afugentar ou para “barbarizar”, de forma a corresponder a um modo de ser no mundo que foi se talhando e se conformando a uma existência também dura, nua e crua.

Com efeito, percebemos, eles se sentem ludibriados por uma cultura de consumo que lhes prometeu a felicidade com a condição de “terem” coisas que lhes garantiriam “serem” alguém. Contudo, a exclusão parece-lhes inerente ao seu ser. Assim, cobram do mundo e cobram de nós, com sua ironia e violência, o preço pago com suas vidas. Entretanto, são eles também que nos dizem: “[...] *Compensa não... [...] porque tudo que vem fácil, vai fácil [...] porque nós gasta tudo [...] e tudo que nós rouba, nós prejudica a nós mesmos [...] é tudo ilusão [...] no mesmo tempo que cê está bem, cê tá ruim sô [...]*”<sup>5</sup>

Esses meninos trazem em seu corpo e na sua alma os sinais das humilhações sofridas, do desprezo, da indiferença, da falta de amparo. Estão soltos no mundo, deixando-se levar, por falta de ancoradouro, por falta de referenciais.

Contudo, em suas frases desarticuladas e entrecortadas, falam de um desassossego que aperta o peito à noite. Falam também dos sobressaltos, dos medos e da morte iminente à espreita em cada esquina. Como desconsiderar esse apelo de adolescentes exauridos e mutilados por uma lógica de consumo, de hiperexcessos, de aceleração constante, de presente imediato e futuro inexistente? Essa dor profunda, que se refere ao sentido mesmo da existência, nos pareceu similar ao sentimento de angústia, descrito por Heidegger (2000), como constitutivo da existência humana, vivido pelo sujeito humano diante da percepção da finitude do tempo.

Entretanto, nesse caso, essa dor nos chamou especial atenção pela radicalidade e intensidade com que foi aparecendo nos relatos, dando-nos a impressão de que ela – a angústia – estava ali elevada à sua máxima potência, uma angústia existencial, por certo, contudo, agravada por vivências de estreiteza de espaço vital e pela experiência de um tempo percebido como sem significação, pois preenchido por um vazio de atividades sem sentido e sem direcionamento existencial. Como compreender esse fenômeno e quais as consequências da desconsideração desse aspecto nas intervenções clínicas e psicossociais a que nos propomos? Sugerimos, então, refletir sobre esse sofrimento articulando sua compreensão à descrição dada por Tillich (1952/1976) e Heidegger (1927/2000) acerca do sofrimento da angústia, angústia que se articula à culpa; culpa, entendida, nesse contexto, como um mal-estar difuso diante da existência, e que nos permite concatenar esse sofrimento – da angústia existencial – à nossa problemática.

### 3. O SOFRIMENTO EXISTENCIAL DOS ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL

O conceito de angústia, tal como abordado por Tillich (1952/1976), parte da consideração de que o homem, em situações extremas e diante da contingência e precariedade das coisas do mundo, experimenta um sentimento

<sup>5</sup> Dados da pesquisa de campo (Jost, 2006).

de desmoroamento, vendo-se sob uma ameaça absoluta de aniquilamento. A angústia, nesse contexto, caracteriza-se como um estado em que o *ser* tem consciência de seu possível *não-ser*. Angústia que, em Tillich (1952/1976), se refere não somente à angústia de morte, como em Heidegger (1927/2000), mas inclui a morte da significação ou do sentido existencial, como distingue Araújo (2000). Destaca ainda Tillich (1952/1976), nesse sentido, a angústia da “autoafirmação moral” cuja ausência leva ao desespero e não coincide necessariamente com a morte biológica ou histórica do homem.

Além disso, a angústia existencial diferencia-se do sentimento do medo. De fato, se o medo tem um objeto definido, a angústia não tem objeto, ela é a negação de todo objeto. A “[...] angústia, em sua nudez, é sempre a angústia do derradeiro *não-ser*[...]” e, nesse aspecto, os medos não seriam nada mais que “[...] sintomas da angústia de não ser capaz de preservar o próprio *ser*” (Araújo, 2000, p. 13). Nessa perspectiva, Tillich (1952/1976) descreve três tipos de angústias, articulando-as a vivência do tempo, tal como em Heidegger (1927/2000): a angústia do destino e da morte; a angústia da vacuidade e insignificância; e a angústia de culpa e condenação, angústias específicas que apareceram de modo significativo nos relatos dos adolescentes que entrevistamos.

A angústia do destino e da morte refere-se à autoafirmação básica de um *ser* quando sua afirmação ôntica é ameaçada pelo *não-ser*. Essa ameaça, segundo Tillich (1952/1976), está presente em toda a experiência conduzida do passado para o futuro, momento em que o *ser* se dá conta da fugacidade do tempo, da insegurança e do desabrigo da existência social e individual. No caso dos adolescentes entrevistados, entretanto, percebemos um grau exarcebado desse tipo de angústia, que inferimos ser um reflexo de vivências relacionais marcadas pela insegurança e desconfiança, mas também decorrência da percepção de um destino terrível que sentem como que lhes reservado no futuro.

Com efeito, a morte é vivida por esses adolescentes não como ameaça, mas como possibilidade iminente. Em outras palavras, a

morte não se refere a um “por-vir” do futuro, mas a uma quase certeza vivida no presente contíguo: “– [...] *o futuro?*”, responde-nos um dos meninos: “[...] *futuro eu tenho, [...] só tenho 16 anos [...] mas, quem me garante que vou amanhecer vivo amanhã?*”<sup>6</sup>

Tillich (1952/1976), nesse aspecto, afirma que, diante da ameaça inevitável da morte, nós criamos objetos e pessoas nos quais corporificamos essa ameaça para podermos enfrentá-la. Todavia, no caso desses adolescentes, em quais objetos ou pessoas eles estariam corporificando esse risco constante de destruição? Não será, por acaso, em toda a sociedade que os ameaça ao *não-ser* físico, psíquico e espiritual? E, se assim for, não seríamos nós, os outros, os “*não-do-mundo-do-crime*”, aqueles dos quais eles teriam que se defender e atacar para enfrentarem seu sofrimento?

O outro tipo de angústia se refere à angústia da vacuidade e insignificância que se contrapõe à autoafirmação espiritual. A autoafirmação espiritual se define como a capacidade de mudar intencionalmente algo do qual se participa. Mudança que possibilita a afirmação do *ser*, na medida em que este transforma a realidade de modo criador, amando-se a si próprio e seu conteúdo. A angústia da vacuidade e insignificância, por outro lado, é despertada quando o “*o eros criador*” é frustrado, transformando-se em indiferença ou aversão (Araújo, 2000).

Nesse contexto, tudo é tentado e nada satisfaz, como ouvimos nos relatos de nossos adolescentes em frases como “[...] *ganhei isso e aquilo, mas nada ficou [...]*”; “[...] *perdi só tempo com isso e não acrescentou nada.*”; ou ainda que “[...] *o cara pode ser o que for, ter o que for, mas isso não é vida não*” [...]<sup>7</sup>. Ou seja, a angústia da vacuidade conduz ao abismo da insignificância, o que, por sua vez, conduz ao desespero existencial.

Com isso, a fim de evitar o risco de perguntar e duvidar, a pessoa, como afirma, por seu turno, Frankl (1982/1991), engendra um sentido subjetivo que se compraz no entorpecimento, imergindo para dentro de si

<sup>6</sup> Dados da pesquisa de campo (Jost, 2006).

<sup>7</sup> Dados da pesquisa de campo (Jost, 2006).

mesma. Aumenta-se, dessa maneira, a angústia e a raiva de uma vida vivida de forma des-ocupada, des-vinculada, des-motivada e sem sentido.

Por fim, Tillich (1952/1976) nos fala da angústia da culpa e condenação, pois o *ser* do homem, tanto ôntico como espiritual, não é só dado a ele, mas também reclamado dele: exige-se do homem que ele responda – se perguntado – o que fez de si próprio, sendo ele seu próprio juiz. O homem, afirma o autor, é “liberdade finita”, pois ele é livre dentro das contingências de sua finitude. Nesse sentido, em cada ato seu, o homem pode contribuir ou não para a concretização do que ele é potencialmente, e ele tem o poder de contradizer seu ser potencial.

A consciência do que não foi feito, por sua vez, leva o homem a um julgamento negativo sobre si mesmo, sentido como culpa, podendo levar à autorejeição e ao sentimento de estar condenado não a um castigo externo, mas ao desespero de haver perdido o próprio destino. Foi o que ouvimos em afirmações como quando, por exemplo, comentam: “*O que compensa eu ter esse trono todo que eu tenho aqui?*”; “*O que eu ganhei com isso?*”; “*O que eu tenho? [...] Tive um monte de oportunidades [...] Não aproveitei nenhuma [...]*”<sup>8</sup>.

Por outra perspectiva, como esses adolescentes vivenciam sua temporalidade vivida? Heidegger (1927/2000), citado por Araújo (2002), pensou a vivência do tempo humano não segundo uma sucessão de “agoras” homogêneos, mas como sendo uma temporalidade experimentada segundo três dimensões, que exprimem a triplicidade unitária de um mesmo fenômeno, a saber: o “estar em situação” (presente), o “ser-sido” (passado) e o “por-vir” (futuro). Dessa maneira, o “por-vir” (futuro) se refere às possibilidades que se abrem ao inacabado. Contudo, esse “por-vir” é pensado não como aquilo que “ainda não é”; com efeito, o “por-vir” já está presente em nosso horizonte temporal, enquanto antecipação.

Isso significa que o *Dasein* é a “antecipação” ou a capacidade de referir-se às possibilidades que já estão no presente. O “ser-sido” refere-se, por sua vez, à dimensão temporal na qual o *Dasein* se volta ao passado; entretanto, não se referindo àquilo que “já não é mais”, mas antes à capacidade de um voltar às experiências anteriores, retomando-as como tendo (sendo) “sido”. O passado, nesse aspecto, é evocado em relação ao futuro, tendo em vista que damos sentido ou ressignificamos o passado porque estamos voltados para o futuro.

Por fim, o “estar em situação” refere-se à dimensão do presente, presente que não se confunde com o “puro agora”. Outrossim, refere-se a um conjunto de possibilidades (futuro), enquanto nos voltamos à nossa “condição original” de desamparo (passado). Sintetizando, conclui Araújo (2002), é estando “em situação” (presente), que o *Dasein* descortina os horizontes de seu “por-vir” (futuro) e de seu “ser-sido” (passado). A existência, destarte, só se faz presente a si mesma enquanto se antecipa em seu passado. No entanto, qual a consequência de uma vivência temporal atada a um interminável presente?

É significativo ressaltar as colocações de Araújo (2010), pois elas nos auxiliam nessa reflexão. Este autor, citando Aubert (2003), descreve o caso daqueles que – mesmo vivendo numa sociedade que cultua a urgência, como a contemporânea – se veem impedidos de levar em frente seus projetos de vida ou de exercer atividades que garantam sua inserção na vida cultural ou política da sociedade. Nessas situações, afirma Araújo (2010), o tempo é vivido como tempo “longo” ou tempo sem projetos, tempo sem esperas, tempo sem esperança. É um tempo sentido como um eterno presente, sem conexão com o passado e o futuro.

Dessa maneira, forjam-se, nesses “prisioneiros do tempo longo”, fragilizações subjetivas e enclausuramentos afetivos que limitam sua capacidade de estabelecer relações criadoras consigo mesmos, com o mundo e com os outros. São eles “prisioneiros do tempo e do espaço”, vivendo desconectados de sua capacidade de agir e de

<sup>8</sup> Dados da pesquisa de campo (Jost, 2006).

criar, situação que se aproxima da vivência desses adolescentes que, muitas vezes, declaram entender suas vidas como um tempo “sem saída”, um tempo claustrofóbico, tempo vivido como sem sentido. A vivência da exclusão, portanto, acompanhando Araújo (2010), acaba por romper o eixo temporal e anular a significação do tempo como laço social, resultando no desinvestimento psíquico, pois o tempo passa a ser vivido como tempo morto para o desejo.

O agravante de toda essa situação é que esse sentimento de estar “preso” a uma vida sem sentido – encarcerado ao passado e sem compromisso com o futuro por não percebê-lo como algo passível de ser construído – esses adolescentes continuam carregando após o período de cumprimento de sua pena de restrição de liberdade; ou seja, o sofrimento existencial justapõe-se ao sofrimento psicossocial, tornando insuportável a vivência da exclusão, da despotencialização e da cristalização vital.

Assim, retomando Tillich (1952/1976) e Heidegger (1927/2000) e articulando suas considerações à questão do adolescente autor de ato infracional, podemos levantar algumas considerações: Tillich (1952/1976) afirma que o ser humano, para evitar o desespero existencial imposto pela angústia do *não-ser*, foge para a neurose. Entretanto, no caso desses adolescentes, não poderíamos inferir que, para fugir ao sofrimento de *não-ser* – ou seja, para evitar o sofrimento de se sentirem um nada, sujeitos descartáveis, “um lixo” humano – não acabariam por se afirmar como *sendo* bandidos, entendendo que assim evitariam o desespero existencial?

Por outro viés, se refletirmos que esses adolescentes carregam a marca do crime no seu “ser-sido” e que não conseguem vislumbrar a possibilidade de um “por-vir”, nem mesmo físico, haveria a possibilidade de viverem outras alternativas no seu “ser-em-situação” (presente) no mundo? Ainda, se partimos do princípio existencial de que cada momento vivido é uma totalidade que abarca futuro-passado-presente, como esses adolescentes poderiam encontrar sentido no tempo vivido de sua existência, da maneira

como eles a vivenciam? Será, então, que eles carregariam dentro de si, inevitavelmente, os grilhões que os aprisionam, vivendo o seu “ser-no-mundo” como esse “ser-bandido”? Tornar-se-iam irremediavelmente prisioneiros de sua situação de nãopossibilidades, de não-mais-vida, de não-mais-sentido existencial?

#### 4. O PENSAMENTO FRANKLIANO: POSSIBILIDADE DE ABERTURA À VIDA

Contudo e apesar desse quadro dramático de aprisionamento existencial, trazemos algumas considerações de Frankl (1946/1973, 1975/1978, 1977/1999) que podem servir como um norte diante desse cenário nebuloso. O autor, fundamentado na fenomenologia existencial, afirma que a busca de um sentido para a vida é a motivação primária de todo ser humano, sublinhando que cada situação na vida humana constitui-se como um desafio/pergunta a ser enfrentado/respondida. Sendo assim, não é a pessoa que dá um sentido à sua vida, porque isso condicionaria a resposta a determinadas circunstâncias especiais. Ao contrário, é o homem que é convocado pela vida a dar-lhe uma resposta, mesmo na mais trágica das circunstâncias, sendo que é na medida de sua resposta à vida que o homem exerce a sua capacidade da responsabilidade.

Assim, mesmo diante da angústia pelo mal cometido e da impossibilidade de derogar os passos que deu na vida, o homem é chamado a assumir que todas as decisões que tomou permanecem definitivamente. Destarte, cabe somente a ele a possibilidade de extrair da culpa do seu “ser-sido”, a oportunidade de transformar criativamente a si mesmo e o seu “por-vir”. Dessa maneira, a culpa sentida pelo ato realizado afirma, no mesmo movimento, a possibilidade de se ter agido diferentemente, assinalando aqui a dimensão da liberdade.

Com efeito, a pessoa compreendida em sua multidimensionalidade – biológica, psicológica, social e espiritual – não é vítima nem condenada absolutamente àquela situação que

fez dela culpada. Distingue-se, assim, a ideia de culpa<sup>9</sup> – que é uma escolha feita em função de uma necessidade individual, sem avaliação das consequências – do conceito de responsabilidade<sup>10</sup>, que se referencia à noção de decisão, implicando envolvimento e posicionamento pessoal e abarcando, no significado do conceito, a reflexão e a decisão sobre aquilo que se deve ser.

De fato, a culpa está presa ao passado, ligada à ideia de débito com o ocorrido e, por isso, irremediável. A responsabilidade se coaduna com o futuro e a possibilidade de construí-lo. Ou seja, a liberdade abordada por Frankl (1946/1973) não se refere à “*liberdade de*” agir sobre as condições dadas no mundo, mas à “*liberdade para*” agir diferentemente, ou mesmo, imprevisivelmente, a partir e perante as condições dadas. Exatamente por isso, para Frankl (1946/1973), nenhuma desculpa é suficiente para justificar um crime; desculpá-lo seria subtrair do autor do crime a sua possibilidade de liberdade e de responsabilidade.

De tal modo, à angústia da culpa e condenação, postulada por Tillich (1952/1976), Frankl (1946/1973) responde com a possibilidade de o homem culpado arrepender-se de sua ação. Contudo, no ato de arrepender-se, o homem pode afastar-se interiormente de sua ação, mantendo a tensão fecunda entre o “já-dado” no ser e o vislumbre

do “dever-ser”. Nesse contexto, a própria presença, nesses meninos, da angústia de *não-ser* o que sonhavam ser, a angústia da culpa pela “escolha” decaminhos que não permitiram a autorealização de seu ser potencial, sinaliza uma busca, busca esta que sustenta, por si só, para nós e para eles, a esperança de transformação.

Dessa forma, a abordagem fenomenológica existencial surge como uma possibilidade prática e teórica de intervenção nessa problemática. Com efeito, o considerar o sujeito adolescente como alguém que busca um sentido existencial responsabiliza-o por suas ações, enxergando-o como agente singular em suas respostas às solicitações do mundo, compreendidas como formas de habitar e pertencer. Desse modo, possibilita-se a esses adolescentes ir além das fronteiras dos modos instituídos e estagnados de pensar e compreender-se, permitindo que outros modos de ser e existir possam ser projetados e criados, subjetiva e coletivamente (Aunet *al.*, 2012).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando o trajeto percorrido até aqui, temos que o sofrimento que se apresentou nesses adolescentes se referia não somente a um sofrimento psicossocial e ético-político, mas se coadunava a um sentimento de impossibilidade de um redirecionamento existencial ligado a um aprisionamento à sua situação de não possibilidades e de não-mais-sentido existencial. De fato, o sofrimento que foi emergindo dos depoimentos não se referia a um arrependimento pelo que foi feito, porém, à angústia da culpa da não realização daquilo que deveriam ser, sentindo-se devedores, não a outros, mas a si próprios, dívida existencial que cobram de forma violenta de todos os “outros”, quando se percebem inexoravelmente presos ao ato infracional cometido.

Sentem-se, assim, incapazes de realizar o desejo humano de plenificar as potencialidades de seu ser num futuro que, tal como coloca Tillich (1952/1976), define o presente em

<sup>9</sup> A palavra culpa, segundo Abbagnano (2000), tem origem no latim *culpa*, termo jurídico utilizado originariamente para indicar a infração de uma norma cometida “involuntariamente”, em contraposição a delicto (*dolus*), que é a transgressão premeditada. Ou seja, o termo se refere ao fato de se estar em débito com alguém e ser causa ou autor de alguma coisa. Porém, de uma forma geral, a palavra culpa ficou associada ao seu segundo significado, isto é, à ideia de *dolus*, ou de transgressão premeditada, portanto, irremediavelmente ligada ao passado.

<sup>10</sup> A palavra responsabilidade, se a analisarmos por meio de seu significado na língua alemã *Verantwortlichkeit*, teremos *antwort* significando resposta e *ver* que significa envolver-se, ou seja, o termo significa envolver-se com a resposta dada. Nesse sentido, é diferente de imputabilidade, que significa a atribuição de uma ação a um agente considerado seu causador (Abbagnano, 2000), pois implica exatamente nesse assumir-se com a resposta dada.

função do passado. Angustiam-se por não terem respondido ao apelo existencial de construírem algo que seja bom, frustrando-se na vontade humana de encontrar algo que dê sentido à transformação do “ser-que-se-é” para o ser que se “deve-ser”.

Por outro lado, a afirmação de sua capacidade de responsabilidade autoriza-nos a admitir a possibilidade de criação de novos modos de ser que os ajudem a acreditar que existem outros caminhos possíveis, e que não são obrigados a se submeter à “potência de padecer” que, de acordo com Sawaia (1999), gera servidão, empurrando-os para caminhos estreitos e sem saída, tornando-os, dessa maneira, prisioneiros do sem-sentido, prisioneiros do crime, reféns da morte. É imprescindível, dessa maneira, apostar na formação de uma Psicologia Psicossocial que desenvolva conceitos e teorias mais justas e humanizadas que abarquem o humano em toda a sua complexidade e dinamismo.

É urgente, portanto, que, ao olhar para a pessoa desse adolescente que se coloca diante de nós, não nos deixemos vencer pela tentação de explicar tudo por mecanismos intrapsíquicos ou sociais determinantes, condenando-os à sua história biográfica e/ou social-cultural, pois esse posicionamento também nos condenaria a ser coadjuvantes de sua crença de que “são assim mesmo” e tirar-lhes-ia a esperança de transformar a dor vivida em alavanca de superação. Roubar-lhes-ia, ao mesmo tempo, a força e a coragem de acreditar em sua capacidade de se ressignificarem, de se reinventarem, de redirecionarem suas vidas, dando à vida outro sentido que transcenda a mera imediatez do vivido.

## REFERÊNCIAS

- Abbagnano, N. N. (2000). *Dicionário de Filosofia* (A. Bosi, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Aberastury, A. & Knobel, M. (1981). *Adolescência normal: Um enfoque psicanalítico* (S. Ballve, trad.). Porto Alegre: ARTMED.
- Abramo, H.W.(1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação, s/v(5)*, 25-36.
- Araújo, J. N. (2000). Angústia e Temporalidade. In W. A. Angerami-Camon (Org.). *Angústia e Psicoterapia* (pp. 143-173). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Araújo, J. N. 2002. Angústia e Cuidado. In V. Besset (Org.). *Angústia* (pp. 117-138). São Paulo: Escuta.
- Araújo, J. N. (2010). Trabalho e Temporalidade. *Cadernos de Psicanálise, 26(29)*, 35-69.
- Aun, H.A., Morato, H.T., Noguchi, N.F., & Nunes, A.P. (2012). Transgressão e Juventude encarcerada: outras versões a partir do plantão psicológico em unidades de internação da FEBEM/SP. *Imaginário, 12(12)*. Recuperado em 14 abril, 2012, de <http://www.revistausp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1413-666X200>
- Berger, L.P. & Luckmann, T. (1985). *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento* (F. de S. Fernandes, Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Birman, J. (2011). *Mal-estar na atualidade: A psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Buhler, C. (1980). *Vida psíquica do adolescente* (L. Luft, Trad.). São Paulo: Mestre Jou.
- Castro, L. R. (2001). Da invisibilidade à ação: Crianças e jovens na construção da cultura. In L. R. Castro (Org.). *Crianças e jovens na construção da cultura* (pp. 19-46). Rio de Janeiro: Nau Editora.
- Castro, L.R. (2011). Os jovens podem falar? Sobre as possibilidades políticas de ser jovem hoje. In J. Dayrell, M. I. Moreira, & M. Stengel (Orgs.). *Juventudes contemporâneas: Um mosaico de*

Vilela, M. C. J. de M. Prisioneiros do sem-sentido: o sofrimento psicossocial e existencial de adolescentes autores de ato infracional

- possibilidades*(pp. 299-324). Belo Horizonte: PUCMINAS.
- Diógenes, G. (2011). Enigmas do medo – juventude, afetos e violência. In J. Dayrell, M. I. Moreira, & M. Stengel (Orgs.). *Juventudes contemporâneas: Um mosaico de possibilidades*(pp. 299-324).Belo Horizonte: PUCMINAS.
- Drawin, C. R. (2011). O paradoxo antropológico da violência. In A. B. Rosário, F. K. Neto, & J.O. Moreira (Orgs.). *Faces da violência na contemporaneidade: sociedade e clínica*(pp. 12-32). Barbacena: EdUEMG.
- Erikson, E. H. (1976). *Identidade, juventude e crise* (Á. Cabral, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Frankl, V. E. (1973). *Psicoterapia e sentido da vida: Fundamentos da Logoterapia e Análise Existencial* (A. de Castro, Trad.). São Paulo: Quadrante.
- Frankl, V. E. (1978). *Fundamentos antropológicos da psicoterapia* (R. Bittencourt, trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Frankl, V. E. (1991). *A psicoterapia na prática* (C.Caon, Trad.). Campinas: Papirus.
- Frankl, V. E. (1999). *Em busca de sentido: Um psicólogo num campo de concentração* (W.Schlupp & C.Aveline, Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: Notas sobre a manipulação de uma identidade deteriorada* (M. L. Nunes, Trad.). Rio de Janeiro: LTC.
- Heidegger, M. (2000). *Ser e Tempo* (M. S. Cavalcante, Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Husserl, E. (2001). *Meditações Cartesianas: introdução à fenomenologia* (F. de Oliveira, Trad.). São Paulo: Madras.
- Jost, M. C. (2006). *Por trás da máscara de ferro: as motivações do adolescente em conflito com a lei*. Bauru: EDUSC.
- Jost, M. C. (2010). Fenomenologia das Motivações do Adolescente em Conflito com a Lei. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 99-109.
- Kehl, M. R. (2001). A juventude como sintoma da cultura. In R. Novaes, R.&P. Vannuchi (Orgs.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*(pp. 89-114). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Lasch, C. (1983). *A cultura do narcisismo: A vida americana numa era de esperanças em declínio* (E.Pavaneli, Trad.). Rio de Janeiro: Imago.
- Luczinsky, G.& Ancona-Lopez, M. (2010). A psicologia fenomenológica e a filosofia de Buber: o encontro na clínica. *Estudos de Psicologia*, 27(1), 75-82.
- Sarti, C.A.(1996). *A família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Editora Autores Associados.
- Sawaia, B. (1999). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. Sawaia (Org.). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*(pp. 97-118). Petrópolis: Vozes.
- Silva, A. A. & Mélo, R.P. (2012). Tecnologias de um dispositivo jurídico e seus efeitos na construção de uma biografia desviante. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 5(2). Recuperado em 14 janeiro, 2013, de <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1983-822020>
- Tillich, P. (1976). *A Coragem de Ser* (E.ê Malheiros, Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Vilela, M. C. J. de M. Prisioneiros do sem-sentido: o sofrimento psicossocial e existencial de adolescentes autores de ato infracional

---

Velho, G. (1999). O estudo do comportamento desviante: A contribuição da antropologia social. In G.

Velho, G. (Org.). *Desvio e divergência: Uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 11-28.

Volpi, M. (2001). *Sem liberdade, sem direitos: A experiência de privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a lei*. São Paulo: Cortez.

Recebido: 19/07/2012

Revisado: 02/05/2013

Aprovado: 12/06/2013

**Consumo e Subjetividade: uma Análise do Encantamento  
Narcísico na Publicidade de Coloração Capilar**

**Consumption and Subjectivity: An Analysis  
of the Narcissistic Enchantment in Hair-Dye Publicity**

**Consommation et Subjectivité: L'analyse de L'enchantement  
Narcisiste dans la publicité de colorations des cheveux**

**Relato de Pesquisa**

Valdemir Pereira de Queiroz Neto<sup>1</sup>  
Maria de Fátima Vieira Severiano<sup>2</sup>

**Resumo**

No contexto da cultura do consumo, a análise do discurso da publicidade de cosméticos e suas implicações para a subjetividade é o principal tema de discussão deste trabalho, considerando a produção idealizada de identidades na mídia do “espetáculo”. A Teoria Crítica constitui-se no eixo teórico metodológico desta pesquisa, com enfoque no poder da indústria cultural e da propaganda imagética como instância legitimadora da subjetividade humana, sob a égide da “Cultura do Narcisismo”. Metodologicamente foram escolhidas as publicidades de coloração capilar das marcas Loreal Paris, Wella, Revlon e Garnier, as quais geraram quatro categorias principais, analisadas numa abordagem “teórico-crítica” respaldada na Escola de Frankfurt. Os resultados apontaram que diversos ideais são associados aos cosméticos, revelando a prevalência da lógica da sedução e do consumo fetichizado, como forma de identificação do consumidor, com importantes implicações psicossociais.

**Palavras-chave:** Consumo; Publicidade; Narcisismo; Beleza.

**Abstract**

Within the culture of consumption, the analysis of the discourse of the publicity of cosmetics and its implications for the subjectivity is the main issue for discussion in this work, taking into account the idealized production of identities in the “spectacle” media. The Critical Theory is the theoretical and methodological axis of this research, with emphasis on the power of the cultural industry and of the image-appealing propaganda as legitimating instance of human subjectivity, under the aegis of the “Culture of Narcissism”. Hair dye advertisements from the brands Loreal Paris, Wella, Revlon e Garnier were methodologically chosen, which generated four main categories analyzed according to a “theoretical-critical” approach, endorsed by the Frankfurt School. The results suggested that several ideals are associated to the cosmetics, revealing the prevalence of the seduction logic and fetishistic consumerism as a form of identification of the consumer, with important psychosocial implications.

**Keywords:** Consumerism; Publicity; Narcissism; Beauty.

---

<sup>1</sup> Psicólogo Clínico e Escolar graduado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), membro do Laboratório em Psicologia, Subjetividade e Sociedade e mestre do programa de pós-graduação em Psicologia. Desenvolveu pesquisa sobre publicidade e subjetividade feminina com bolsa da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP. Endereço: Rua Castro Alves, 693/201 Cep: 60130-210, Bairro Joaquim Távora, Fortaleza- Ceará Tel.: 85 9996-7087 e 8518-5158. E-mail: valdemirpsiqueiroz@gmail.com

<sup>2</sup> Psicóloga e Professora Associada III do Depto. de Psicologia da UFC; Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UNICAMP e em Psicologia Social pela Universidad Computense de Madrid. Autora de livros e artigos na área de Psicologia da Cultura do Consumo e Subjetividades Contemporâneas. Fundadora do Laboratório em Psicologia, Subjetividade e Sociedade (LAPSUS - UFC).

### Résumé

Dans le contexte de la consommation, l'analyse du discours de la publicité des produits de beauté et ses implications à la subjectivité est le principal thème de la de discussion de ce travail, dans lequel on considère la production idéalisée d'identités au sein des médias du "spectacle". La Théorie Critique constitue la base méthodologique de cette recherche, en considérant le pouvoir de la publicité-image comme un agent qui légitime la subjectivité humaine au contexte de la "société de la consommation", de la "culture du narcissisme" et de "l'industrie culturelle". Le corpus de la recherche est composé des colorations des cheveux des marques L'Oréal Paris, Wella, Revlon et Garnier, qui ont généré quatre catégories principales, analysées sous une approche théorique-critique. Les résultats ont montré que plusieurs idéaux sont associés aux produits de beauté, ce qui révèle le predomain la prédominance de la logique de séduction et de la consommation fétiche comme étant une sortie d'identification du consommateur ; avec d'importantes implications psychosociales.

**Mots Clés:** Consommation; Publicité; Narcissisme; Beauté.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo discute temas pertinentes à Psicologia Social, evocando elementos da Psicanálise, Sociologia e Publicidade, abordados de modo a trazer reflexões críticas sobre a forma como a publicidade influencia a constituição das subjetividades dos indivíduos contemporâneos. Adotamos, nesta pesquisa, a perspectiva da “Psicologia da Cultura do Consumo” (Severiano, 2007) a qual está preocupada em compreender as novas formas de reestruturação das subjetividades contemporâneas, no intuito de contribuir para um saber psicológico crítico capaz de questionar o atual fascínio exercido pelos objetos de consumo aos indivíduos, assim como as implicações psicossociais decorrentes de um modo de subjetivação fundado predominantemente no âmbito do mercado.

Nosso propósito é o de utilizar a Psicologia como saber necessário para denunciar aquilo que se naturaliza e se repete sem apreciação dos determinantes históricos, psíquicos e sociais, e assim, favorecendo a massificação do humano, a conformação com a realidade estabelecida e o enfraquecimento da capacidade crítica dos indivíduos.

Para tal, adotamos por eixo teórico a perspectiva da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, em especial Adorno (1986) e Marcuse (1982), cuja proposta fundamental se pauta na exigência de uma individualidade autônoma, capaz de refletir sobre as próprias vicissitudes da razão no mundo moderno. A opção pelo referencial teórico frankfurtiano, apesar de não ser exclusivo, diz respeito, em primeiro lugar, à ênfase dada a razão reflexiva que busca o esclarecimento e a emancipação humana como finalidade última, reconhecendo-se as possíveis regressões a que a razão está exposta em vista da existência de mecanismos psíquicos primários, inconscientes, que podem ser instrumentalizados com fins de dominação.

Consideramos que a mídia contemporânea, em especial a publicitária, constitui-se num núcleo privilegiado de produção simbólica, representando uma nova instância cultural de extrema significação na ação normativa social,

na medida em que veiculam valores, atitudes e estilos de vida, estruturando-se, deste modo, como uma importante fonte de produção de subjetividade.

A mídia do *espetáculo*, tão presente em nossa sociedade, será, portanto, analisada, a partir de uma perspectiva crítica, na qual se questiona a produção idealizada de identidades nela veiculada, particularmente no que diz respeito aos padrões de beleza e estética. O termo “espetáculo” faz referência ao conceito de “Sociedade do Espetáculo”, termo utilizado por Guy Debord (1997) para designar o modo prevalente de reconhecimento social, em que as relações humanas passam a ser mediadas pela tecnologia de imagens. Deste modo, será problematizado o poder e a força dos ideais “ofertados” aos indivíduos através da propaganda imagética.

Partimos do pressuposto de que as subjetividades se constituem a partir de referentes sociais, no sentido de que novas formas societárias implicam sempre a gestação de novas formas de organização da subjetividade, sendo que cada sociedade estimula aqueles traços de personalidade mais adequados à sua manutenção. Em nossa sociedade, o corpo é considerado “o mais belo objeto de consumo” (Baudrillard, 2008), enquadrado na lógica fetichista da mercadoria, à semelhança de qualquer outro objeto. Ainda mais agudamente que os demais, ele encarna uma promessa implícita de inclusão social, diferenciação, *status*, prazer, poder, amor e felicidade. Nesta pesquisa, o cabelo é o objeto escolhido para análise, e deste modo, observado como um bem simbólico, na medida em que nele são projetados ideais e estilos de vida desejáveis.

Para a compreensão da história da beleza e do cuidado com a aparência, são observados diferentes códigos de conduta e significados sócio-culturais atribuídos à beleza, assim como suas formas de enunciação. Assim, o corpo, objeto de admiração e manipulação, foi, no decorrer das épocas, investido de diferentes significados e ideais de beleza, os quais refletiam diretamente a sociedade em que o mesmo se encontrava inserido, determinado

por correntes dominantes que detinham o poder político, econômico e cultural (Vigarello, 2006).

O visual dos cabelos e o modo como eles são modelados, colorados, raspados etc. são impregnados de um simbolismo próprio em cada sociedade (Corson, 1991). A distinção social através dos cabelos sempre aconteceu em acordo com algumas regras sociais. Nos povos antigos, era norteada pela religião e mitologia e posteriormente observa-se a influência da corte e da nobreza. Porém, atualmente, as possibilidades múltiplas de penteados e colorações têm como maiores influências a moda e a mídia. Estas se articulam intimamente criando uma estética dominante, influenciada pelas identificações promovidas a partir das celebridades da televisão e do cinema (Corson, 1991; Etcoff, 1999; Lipovetsky, 1989; Vigarello, 2006).

Portanto, diante do caráter historicamente simbólico que reveste o cabelo, elegemos os produtos para a coloração capilar como objeto específico de análise. Neste trabalho, será focado particularmente o modo como os produtos de beleza são investidos de valores identificados com os ideais de juventude, beleza, sensualidade etc. Este estudo se insere no campo de investigação da Indústria Cultural, na medida em que a indústria da beleza constitui-se em um de seus componentes. Esta também contribui para a propagação do culto ao corpo e da estética, via produção de subjetividades referenciadas em modelos expostos através dos meios de comunicação de massa.

As relações do homem com os signos do consumo foram exaustivamente analisadas pelos frankfurtianos através do conceito de “Indústria Cultural”. Há décadas, esses autores afirmaram que, nas sociedades modernas, a dominação saiu da esfera restrita do trabalho para impor-se, de forma totalitária e implícita sobre todos os aspectos da cultura, assumindo, assim, uma nova forma, não mais explícita e direta, mas através da imposição de uma hegemonia ideológica, utilizando-se da própria gratificação do desejo, seja através do consumo de mercadorias fetichizadas, seja

através da reprodução ampliada da indústria cultural, da beleza e do lazer programado para produzir uma subjetividade humana homogeneizada e acrítica.

Já em 1944, por ocasião da publicação da obra *A Dialética do Esclarecimento*, Adorno e Horkheimer cunharam o termo “Indústria Cultural”, a fim de substituir a expressão, então em uso, de “cultura de massa”. Esta é definida como “a integração deliberada, a partir do alto, de seus consumidores” (Adorno & Horkheimer, 1991, p. 92), sendo organizada de forma racional e instrumental, segundo interesses do capital, entretanto se apresentando enquanto emanção dos desejos dos consumidores. Adorno (1986) denuncia que, através da ideologia da Indústria Cultural, “o conformismo substitui a consciência” (p.97). Assim, a utilização racionalmente instrumentalizada das novas tecnologias midiáticas, ao lado da intensiva mobilização do desejo transforma a atual publicidade em uma instância simbólica privilegiada na produção e veiculação de bens e serviços, atuando como uma instância pedagógica na produção de desejos por consumo.

Objetivamos, assim, uma reflexão acerca dos modelos identitários e estilos de vida expostos ao público, em especial os atributos psicossociais e valores “ofertados” por anúncios publicitários de coloração capilar. O consumo e a reprodução de tais valores como fonte geradora de segurança e felicidade foram verificados sob a hipótese de que tais promessas geram um tipo de identificação idealizada com os códigos do consumo próprios de uma “Cultura do Narcisismo” (Lasch, 1983).

De acordo com Lasch (1983), a “Cultura do Narcisismo” se constitui na forma que as culturas capitalistas modernas assumiram nas três últimas décadas, na qual a busca de “realização individual” por meio da apropriação pessoal dos signos do consumo é característica fundante. Esta “cultura” implica num movimento de retirada dos interesses do mundo (descrença na esfera pública, nos ideais políticos coletivos, nas autoridades instituídas etc.) em direção a interesses particularistas, os

quais são estimulados pela ideologia do consumo com promessas de soluções imediatas e salvação pessoal através mecanismo da idealização, no qual “o objeto sem qualquer alteração em sua natureza, é engrandecido e exaltado na mente do indivíduo” (Freud, 1980, p. 111). A estreita relação entre a realização dos ideais particularistas com as opções do consumo confere à mercadoria um status de provedora dos mais caros ideais humanos.

Tal representação de ideais humanos agregados aos objetos de consumo, através da apresentação mágico-ideológica da publicidade, é definida por Baudrillard (1976) como “valor signo”. Para o referido autor, os objetos de consumo possuíam seus significados segundo um código de valores hierarquizados, a saber:

- 1) Una lógica funcional del valor de uso (de las operaciones prácticas, de la utilidad); 2) Una lógica económica del valor de cambio (de la equivalencia, del mercado); 3) Una lógica del cambio simbólico (de la ambivalencia, del don); 4) Una lógica del valor/signo (de la diferencia, del estatuto)” (pp. 38-39).

Temos, assim, uma lógica da utilidade, uma do mercado, uma do dom e uma do *status*. Organizado de acordo com estes níveis, o objeto assume, respectivamente, o estatuto de instrumento, mercadoria, símbolo ou signo. Esta última lógica, a do “valor-signo” - preponderante na sociedade de consumo - é orientada por um sistema distintivo de imagens de marca, ditadas pela moda, cujo sentido não está mais referido a nenhuma relação humana, mas sim “en la relación diferencial respecto a otros signos” (Baudrillard, 1976, p.38), que se hierarquizam de acordo com os atributos subjetivos e de prestígio social agregados ao produto, regendo-se unicamente pela lógica formal da moda e da diferenciação.

Em concordância com essa valoração signíca, o conceito de “pseudoindivuação” (Severiano, 2007) contribui significativamente para a compreensão desse fenômeno, na

medida em que evidencia como os objetos de consumo são ofertados como prótese identitária para os indivíduos. Tal processo foi definido como aquele que:

[...] implica uma suposta diferenciação do indivíduo, tendo por base a eleição, pretensamente livre, de estilos de consumo, já previamente estandardizados e articulados pela lógica do mercado, o qual se serve fundamentalmente da lógica do desejo para promover uma identificação idealizada com seus objetos. A promessa implícita é a de conferir individualidade e diferenciação social aos seus consumidores/receptores (p. 352).

A partir desse contexto, foram analisados catálogos publicitários e *sites* de produtos para coloração capilar com a intenção de verificar os signos ofertados por esse ramo do mercado e os ideais associados a esse tipo de produto, como forma de produção de subjetividades.

## PESQUISA

Como procedimento metodológico foi realizada uma análise “teórico-crítica” do material publicitário, segundo o modelo metodológico da Escola de Frankfurt, com a finalidade de avaliar as diversas estratégias ideológicas da publicidade, assim como os signos idealizados de consumo, utilizadas na veiculação de produtos de coloração capilar. Essa análise se justifica a partir da concepção da “Teoria Crítica” que insiste em que o particular constituiu-se índice do universal, ou seja, o atual culto à beleza, aqui expresso nos ideais de coloração de cabelos, nos dá indícios dos estilos e modos de vida contemporâneos. Assim, entre os anos de 2007 e 2012, foram coletados anúncios publicitários de revistas de circulação nacional, apresentações nos sites dos fabricantes dos referidos produtos, além de catálogos de coloração e panfletos publicitários em uma pesquisa exploratória geral segundo o critério de saturação, com o objetivo de obter informações e estratégias de apresentação dos produtos desenvolvidos

pelos diversas marcas para formular categorias de análise sobre as linhas de coloração e os seus tons. De acordo com a lógica do “valor signo” agregado, quatro categorias centrais foram encontradas e sistematizadas: 1) O culto ao novo e ao tecnológico; 2) Liberdade de escolha; 3) A mágica das linhas e 4) Tons desejados.

## ANÁLISE TEÓRICO-CRÍTICA

### 1 - Culto ao novo e ao tecnológico

O lugar que a tecnologia ocupa atualmente nas sociedades não é o de um mero instrumento (Marcuse, 1982). Marcuse é veemente em sua assertiva de que a tecnologia é, antes de tudo, concebida como um “Projekt”, ou seja, nela são projetados os interesses dominantes da sociedade e suas intenções com relação aos homens e às coisas. Portanto, no modo de produção capitalista, a racionalidade da técnica é identificada com a própria racionalidade da dominação, na medida em que o enorme poder dela sempre representou o poder dos grupos economicamente mais fortes sobre a sociedade, não redundando em “progresso humanitário”, com fins emancipatórios.

Observamos que, a contínua inovação estimula os consumidores a adquirirem “o que há de mais moderno” no mercado, principalmente pela novidade em si e consequente distinção em relação ao que é considerado ultrapassado ou obsoleto. Deste modo, o recurso de consumir a novidade é um meio de estar em dia com as descobertas da tecnologia e garantir através da “verdade da ciência” que suas necessidades sejam satisfeitas. Acredita-se que essa tecnologia está a serviço do humano, da saúde e não a serviço do mercado e do fabricante representado pela marca. Aqui, a racionalidade científica e instrumentalizada serve aos propósitos da Indústria Cultural e do ideário narcísico, na medida em que o que está em pauta são preocupações particularistas e não o progresso

compreendido enquanto “bem comum” ou “progresso humanitário” (Marcuse, 1982).

De fato, a inovação tecnológica é incorporada ao produto, pois, há um desenvolvimento de pesquisas, por parte desta Indústria, requerendo grandes investimentos; porém, muito do que é desenvolvido responde às oscilações do mercado e táticas de sobrevivência que são necessárias para adaptar o produto ao mercado consumidor, ao contrário da justificativa que diz que as inovações são buscadas para satisfazer o indivíduo. A força do discurso da ciência e da tecnologia busca dar segurança para consumir, justificando em nome da “saúde” a oferta de uma “outra vida” ou “mais vida”, mais juventude, energia etc. A utilização dos nomes das substâncias desenvolvidas em laboratório busca comunicar, através do poder legitimador da ciência, que tal produto teve testada sua eficácia e, portanto, transmite a mensagem de que *é cientificamente provado, atestado, descoberto*.

Assim, as *tecnologias eficazes* são ofertadas juntamente com os produtos: “Nova Tecnologia anti-opaco”, “Sistema Nutri-filtro UV” e “Inovação Serum Protector” (Loreal-Paris). Estes são exemplos de como essas propriedades criadas nos laboratórios dos fabricantes ganham também descrições que reforçam a credibilidade do produto, de modo a garantir um estatuto que aparentemente não vem da publicidade, mas está a serviço dela. Deste modo, o recurso à tecnologia omite os poderes persuasivos da publicidade, como se a tecnologia em si, realizasse suas descobertas de forma desinteressada. A exemplo da *descoberta* da técnica do uso de “proteína de pérola para revelar a magia dos seus cabelos” (Elseve Nutri-gloss by Loreal Paris).

Acerca da tecnologia, o fabricante diz na Figura 1 (abaixo) que a marca aposta na investigação científica. “São 440 novas patentes por ano e 2.700 cientistas, pesquisando diariamente para sua beleza de amanhã”. Nota-se que um recurso empregado pela empresa, revela ao público, com um argumento cientificista, o desejo do

consumidor, o que ele necessita para seu corpo e sua pele.



Fig.1

Além de pretender “realizar” os desejos do consumidor, a publicidade também lhe fala da sociedade em que este consumidor vive: “Por meio da publicidade, como por meio das festas de outrora, a sociedade se oferece à vista e ao consumo sua própria imagem” (Baudrillard, 1993, p. 182). A adesão ao consenso social se dá, justamente, por conta dessa estratégia: é a sociedade que se “oferece”. Pretensamente, ela tenta, através de seus serviços, se “adaptar” aos desejos do sujeito, produzindo uma “miraculosa integração”: “este objeto, você não o comprou, você emitiu o desejo de possuí-lo e todos os engenheiros, técnicos etc. o gratificaram com ele” (Baudrillard, 1993. p. 184).

O caráter ideológico desta “ênfase no consumidor” se faz patente: todas as estratégias tecnológicas e humanas são utilizadas para fazer crer que o que está sendo valorizado é a “pessoa” do cliente. Um mundo de negócios é mobilizado e grandes fortunas são despendidas para ocupar-se daquele que parece ser “rei” no mundo do consumo. Há, cada vez mais, uma intensificação da produção

do individualismo consumidor com suas promessas de “libertação humana” e de “personificação”.

A tecnologia mostra-se, desse modo, a serviço do consumidor e de suas demandas. Seus esforços são para satisfazer a personalidade “exigente” do indivíduo. A cientificidade aqui funciona como “valor sígnico”, pois, quanto mais pesquisado e apurado seja o resultado de uma pesquisa, mais garantido é o sucesso das vendas. Um exemplo da associação clara da ciência ao produto foi visto na Figura 1.

## 2 - Liberdade de escolha

Outro aspecto de que a publicidade se vale para estimular o consumo de bens e serviços é a exaltação da diversidade e pluralidade de escolhas do consumidor. Um dos principais argumentos publicitários é o fato de, atualmente, a Indústria Cultural, ao incorporar as novas tecnologias, não mais se basear na padronização dos bens de consumo, mas se diferenciar em vários segmentos de mercado, cada vez mais exigentes, capazes de produzir bens específicos e diversificados para cada público, criando assim maior “liberdade” de escolha. As preferências distintas por sempre novos estilos de consumo e a inovação técnica capaz de produzi-los são, neste sentido, concebidas como fatores de “libertação da individualidade” e de “diferença” cultural.

Ou seja, o exercício das preferências do consumidor por um dado produto é confundido com a liberdade do mesmo, no sentido mais amplo, esquecendo-se de que há uma seleção prévia daquilo que deve ser “escolhido”. A este respeito, Adorno e Horkheimer (1991) já nos alertavam há décadas:

Para todos algo está previsto; para que ninguém escape, as distinções são acentuadas e difundidas. O fornecimento ao público de uma hierarquia de qualidades serve apenas para uma quantificação ainda mais completa. Cada qual deve se comportar, como que espontaneamente, em conformidade com seu level, previamente

caracterizado por certos sinais, e escolher a categoria dos produtos de massa fabricada para seu tipo (p. 116).

Portanto, toda a sofisticação atual da produção somente reafirma a velha meta: o dever de consumir, e o mesmo fim: a adesão incondicional ao sistema. A este respeito, Jameson (1995), referiu-se muito apropriadamente:

De qualquer maneira, o velho dever da cultura de massa – transformar os cidadãos em consumidores – é ainda predominante; ainda que haja itens culturais diferenciados, o mesmo processo está presente, o despertar do desejo de consumir e produzir vidas dedicadas ao consumo, o quanto isso for possível.” (pp.5-8).

Ora, “diversificando” a produção, se crê que, automaticamente, também se diversificam e se desmassificam os homens. A fraude em associarem-se ou confundirem-se características do objeto com características do consumidor possui seu lado ideológico, porém, também revela o grau a que os processos de fetichização da mercadoria alcançaram: a subjetividade do sujeito vale-se do objeto como fonte predominante de referência, como suporte primordial de identidade, em detrimento dos vínculos com a alteridade.

Portanto, o que se observa nas sociedades contemporâneas é uma crescente e intensa substituição dos ideais culturais, que se forjavam na relação com o outro, por ideais particularistas e narcisistas do consumo, que se forjam na relação com o “objeto signo” (objeto fetichizado), via processos de fascinação e sedução, o que dispensa o pensamento da reflexão crítica necessária para o exercício da autonomia humana.

O argumento publicitário é o de que não seria por falta de possibilidade de escolhas que o indivíduo deixaria de consumir. Tendo em vista que “a diversidade é uma prioridade”, como é dito no site de uma das marcas estudadas (Fig. 2), estas tentam dar conta da multiplicidade dos desejos do consumidor, confundindo-se assim, desejos e objetos, em

uma veiculação massiva midiática que apela contraditoriamente para a diversidade.



Fig.2

Entretanto, as estratégias do capital “incrementado” pela publicidade nada mais fazem do que escamotear a homogeneização das consciências, ofertando uma “pluridimensionalidade” de mercado. Aqui a crítica diz respeito à convergência de desejos, necessidades e comportamentos dos homens no mercado. O que importa ressaltar na perspectiva da Teoria Crítica é que não podemos imputar os atributos do objeto ao sujeito; a não ser pela via regressiva da idealização.

Em uma das marcas pesquisadas, nove linhas de produtos de coloração foram criadas de acordo com o tipo de processo de coloração, ou seja, características específicas do produto, propriedade dos químicos utilizados, duração da coloração etc. Cada estilo desejado é associado a um tipo de coloração. Deste modo, as associações são feitas da seguinte maneira, no site de um dos fabricantes pesquisados (Wella): a linha de “coloração não-permanente” é associada ao natural, saudável; a linha temporária é associada aos adjetivos brilhante, impulsivo e exuberante; a linha permanente é associada ao chique e sofisticado; a linha permanente ultraprotetiva é associada ao clássico, elegante, desafiador da idade; a linha “permanente multi-facetada” é associada ao

ousado, vibrante e badalado; a linha de “highlights” é associada ao estilizado, criativo e personalizado. Por último, a linha de coloração “balanceadora e tonificadora” é identificada com os adjetivos polido e lustroso.



Fig.3

No que concerne à “variedade”, excessos são constatados, a saber: “Color Touch by Wella: 57 brilhantes e vibrantes cores” é uma das linhas que possui 20 tonalidades loiras diferentes. É possível verificar isto na real diferenciação quando em uma mesma linha são encontrados produtos com descrições extremamente semelhantes: a tonalidade denominada “louro muito muito claro acinzentado” diferencia-se da tonalidade “louro claríssimo acinzentado” e também da tonalidade “louro muito muito claro natural”. Essa “variedade” na diferenciação de produtos pode ser observada na Fig. 3.

### 3 - A Mágica das linhas

Observamos que a publicidade que é feita para cada linha de coloração é trabalhada desde a escolha de seu nome e subdivisões em tons até as proferidas propriedades da linha, geralmente expressas como promessa, magia e um fantástico poder de transformação. Para criar a magia, o feitiço e o encantamento, as linhas têm seus nomes escolhidos de modo que chamem a atenção do consumidor, buscando passar uma mensagem subliminar que qualifica e adjetiva a linha de produtos. É comum vermos signos desejáveis pelas pessoas

na denominação das linhas de coloração de cabelo. Como exemplos, citamos: Preference, Excellence, Color Spa, Color Pulse, Koleston Perfect, Color Charm, Color Perfect, Magma e Inspire. A mesma estratégia ocorre quando as linhas são divididas ou agrupadas em categorias, segundo as tonalidades. Deste modo, a atribuição de valor ocorre tanto no nome da linha quanto no grupo ao qual a cor pertence. Foi possível evidenciar tal processo nos seguintes subgrupos das linhas: Noites preciosas (castanhos e pretos), Acaju Passion (vermelhos), Mel Sublime, Chocolat élégance, Blonde Supreme (Louros), Louros Apaixonantes, Marrons Envoltentes, Castanhos Intensos, Louros Ofuscantes e Vermelhos Incandescentes.

Os benefícios e propriedades professados pela publicidade de cada linha fazem com que a sedução ao consumo se torne superlativa, mediante o suposto poder mágico dos produtos. Como exemplos desse investimento de signos e propriedades nas linhas evidenciamos que: os Castanhos Ofuscantes “oferecem um toque aveludado com reflexos quentes e luminosos que irão realçar a intensidade do seu olhar”; os Louros Luminosos: “são sensuais e glamorosos com reflexos luminosos que realçam incrivelmente a cor natural de seus cabelos e de sua pele.” E os Vermelhos Ardentes “são poderosos e envoltentes com reflexos intensos que aquecem e realçam a cor de seus cabelos e de sua pele”. Assim, evidencia-se a vasta adjetivação que inunda o produto de signos fetichizados. Trata-se, assim, de um fetichismo, para além daquele descrito por Marx, ou seja, de um “duplo fetichismo”, como definiu Severiano (2007):

Com a atual expansão, sem precedentes, de uma infinidade de objetos de consumo, não só as relações sociais de trabalho ficam camufladas, na forma mercadoria, como se incorporam a ela, cada vez mais, poderes imateriais. Agora, a mercadoria, além de incorporar/alienar as relações sociais que as produziram, também incorpora e aliena aspectos subjetivos referentes à felicidade, liberdade, personalidade e realização

humana. [...]. Ou seja, a transformação do objeto em valor-signo, continua a encobrir o caráter social do trabalho, pois o objeto continua a ser mercadoria, só que, como esta mercadoria/objeto de consumo é, agora, predominantemente valorada em seus aspectos signícos, até a sua natureza material tende a diluir-se e o que aparece é o movimento de signos [portanto], no caso do fetiche do objeto de consumo estão encobertas, além das relações sociais de produção, a própria subjetividade alienada do sujeito e seu desejo de completude narcísica. Daí, advogarmos a atual existência de um duplo fetichismo (p.56).

#### 4 - Tons desejados

A análise dos tons vendidos nas tinturas tem uma importância especial, o objeto que o consumidor adquire descende da marca para a linha e materializa-se na tintura de uma determinada coloração. Apesar de também adquirir os signos incorporados pela marca, é o tom idealizadamente nomeado que se constitui aqui no maior fetiche.

Assim, a análise dos tons é apresentada em quatro subcategorias. Os tons estão agrupados segundo o modo como a subjetividade do indivíduo é encantada, através das atribuições fetichizadas propiciadas “cuidadosamente” pela publicidade. Aqui, a *solicitude* referida por Baudrillard (2008) observada na propaganda busca cativar e paparicar o consumidor sensibilizando-o através da criação de um espaço íntimo, de cuidados especiais, de preocupações com seu bem-estar e seu desejo. Apresenta-se como alternativa desinteressada para suas angústias sociais e sentimentos de inferioridade. Vejamos como ele se pronunciou:

Essa paparicação traduz-se por todo um jogo de pretensos cuidados em informar ao consumidor acerca dos próprios desejos, de preocupar-se com o que é melhor pra ele, de preveni-lo contra a solidão, de protegê-lo do anonimato conferindo-lhe um estilo (p. 202).

O consumidor é levado a acreditar que a produção dos bens se dá com o objetivo de

realização de seus desejos singulares. A mobilização tecnológica, financeira e humana no processo de produção ocorreria para fazer o consumidor crer que o mesmo está sendo endereçado de forma pessoal.

As subcategorias abaixo são exemplares, sendo os tons assim enquadrados: 1) Valorização segundo a origem; 2) Qualificação de preciosidade e requinte; 3) Exaltação das propriedades; e 4) Valorização da sensualidade e erotismo.

##### 4.1 - Valorização segundo a origem

Nesta subcategoria, os tons apresentados são valorizados por sua origem estrangeira. Desta forma, lugares do mundo considerados nobres, “chics”, selvagens, rústicos, clássicos etc. emprestam seus nomes a tons para que um estilo, uma qualidade atribuída a esses lugares, também possa qualificar o cabelo do sujeito. Com este perfil podemos citar os tons: “Vermelho Terracota - O mistério que vem de Marrakesh. Um vermelho misterioso, inspirado nos tons de terracota. Uma intrigante mistura de vermelho e ocre, que reveste a paisagem.” Ainda foi encontrado o tom “Marrom Mogno - O calor que vem dos Trópicos. Cor inspirada no tom amadeirado das árvores tropicais. O resultado é um marrom intenso e quente”.

##### 4.2 - Qualificação de preciosidade e requinte

Nessa subcategoria, os tons são denominados com auxílio de nomes de metais preciosos, pedras preciosas e produtos naturais considerados requintados. Assim, a aquisição de preciosidade também passa pelo cabelo, o imaginário é abastecido de riquezas e o consumidor acredita que está adquirindo algo bem além da descrição da cor. Logo a adesão ao consumo se dá de uma maneira fascinada pelo signo de valor, riqueza e preciosidade. Como exemplos desses tons, os seguintes foram encontrados: Prata e Prata Pérola, Ouro e Ouro Único, Preto Ônix e Preto Safira, Preto Castanho Escuro Ametista, Mel Tabaco, Mogno Quente, Vermelho Rubi e Louro Pérola.

#### 4.3 - Exaltação das propriedades

Outra estratégia que faz parte da publicidade, para além da cor ou tom, diz respeito à exacerbação da qualidade do produto que parece capaz de dar um “plus” ao consumidor. Nessa subcategoria, a pesquisa revelou os seguintes tons: Chocolate Profundo e Chocolate Luminoso, Louro Muito Muito Claro Natural, Mel Natural e Castanho Natural, Louro Legal, Castanho Vigoroso, Preto Elétrico, Ouro Quente e Marrom Dourado Quente.

As agências publicitárias se utilizam de modelos famosos e celebridades para apresentar as propagandas de cosméticos e produtos de beleza, o que se constitui em mais uma estratégia para mobilizar a subjetividade dos consumidores que se identificam com a beleza das artistas televisivas. Deste modo, foram encontrados na análise de dados tons que levavam nomes de celebridades, insinuando ter a propriedade mimética de fornecer à consumidora um cabelo semelhante ao da modelo idealizada. Então, temos o Louro Giovana, o Acaju Camila e o Marrom Camila, exemplificando essa estratégia publicitária apoiada na popularidade das atrizes de telenovelas Camila Pitanga e Giovana Antonelli.

Costa (1986) já nos alertara: “o outro é uma abstração reificada do corpo inventado pela sociedade de consumo” (p.180), a imagem da modelo não passa de um signo feérico, um “simulacro”, que, como tal, não remete o sujeito a lugar algum que não à sua própria ordem; seu fundamento consiste, justamente, em jamais remeter o sujeito ao ideal proposto, não podendo, portanto, realizar, efetivamente, o que promete. Nisto consiste, o que esse autor chama de a “maior violência da sociedade de consumo”, uma vez que estimula a identificação idealizada, mas que finda em frustração e culpa, visto que o ideal propagado é infinitamente reinventado e, portanto, jamais alcançado.

#### 4.4 -Valorização da sensualidade e erotismo

Nesta subcategoria em análise, a atribuição de qualidades aos tons que sugerem

aquisição de poder de sedução, ganhos no campo da sensualidade e exaltação do erotismo e sexualidade pode ser verificada nos seguintes tons de vermelho: Proibido, Absoluto e Ardente; além de: Castanho Apimentado, Cobre Atraente, Vermelho Paixão, Marrom Sedução e Avelã Tentação.

A análise da linguagem imagética também pode ser utilizada em igual verificação. Nas campanhas, modelos de beleza se beijando decoram um cenário que é todo revestido de uma pretensa paixão, calor, atração sexual e sensualidade. Podemos verificar na peça abaixo a associação (intencional) de sedução, beijo e tratamento capilar, numa sugestão de que o embelezamento do cabelo foi o propiciador da atração manifesta no casal abaixo visualizado na Figura 4.

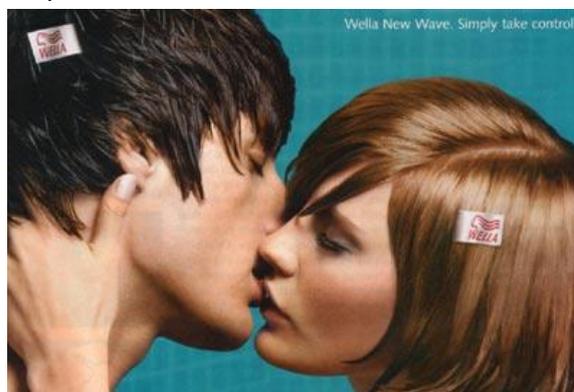


Fig.4

Marcuse (1982), na década dos anos 1960, nos descreveu uma estratégia publicitária, segundo ele considerada a realização mais original da sociedade industrial: a integração do sexo ao trabalho, sem que o corpo deixe de ser instrumento de trabalho, mas, ao contrário, para seguir as exigências da indústria da propaganda, tornando mais atrativas as mercadorias a serem consumidas. Denominou este processo de “dessublimação repressiva”, que significa uma pseudoliberação sexual, cujo propósito não é emancipatório, mas de justamente enclausurar o desejo nas malhas da mercadoria. Aqui, o sexo converte-se em poderoso instrumento de adequação ao sistema, na medida em que a repressão é aparentemente suprimida. Como afirmou

Rouanet (1986), a gratificação assume, neste sentido, o aspecto de “dessublimação”, definida como:

Substituição da satisfação diferida pela satisfação imediata, da satisfação indireta pela satisfação direta. Mas como essa dessublimação visa, não promover uma libertação real, mas aprisionar mais eficazmente os indivíduos nas malhas da ordem existente, é lícito falar-se numa dessublimação repressiva (p. 233).

Em suma, o que na realidade passou a ocorrer foi uma organização da “liberação” da sexualidade, submetendo-a e associando-a ao mercado, criando, assim, uma reorientação do desejo para objetivos compatíveis com as ofertas do sistema.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, a publicidade da indústria de cosméticos direcionada especialmente às mulheres encontrou evidências da promoção do consumo como instância legitimadora de comportamentos, valores e estilos de vida. As estratégias da publicidade de coloração e tratamento capilar foram examinadas para que se tivesse acesso aos modos prevalentes de mobilização do desejo e aos signos identitários contemporâneos, veiculados pela publicidade. Observamos que estes signos são agregados às mercadorias e consumidos com a ilusão de aquisição dos mesmos, segundo um código de valores atualizado constantemente pelo mercado. Entretanto, em vista de uma profusão de sempre novas mercadorias, esses objetos-signo tornam-se obsoletos com o lançamento da próxima linha de produtos “mais personalizados” e “mais sofisticados tecnologicamente”. Tal falta de solidez ou durabilidade está de acordo com as finalidades ainda que veladas do sistema capitalista atual, que busca através da manipulação do psiquismo redirecionar o indivíduo a um consumo compulsivo e compulsório. Considerando que o desejo por completude através do consumo de signos é a marca da

“Cultura do Narcisismo” contemporânea (Lasch, 1983), apontou-se nesta pesquisa o quanto o indivíduo é interpelado, via publicidade, a consumir produtos supostamente capazes de obturar a falta e o vazio de sua existência.

As peças publicitárias analisadas apresentaram um forte apelo aos ideais narcísicos, capazes de mobilizar o imaginário desejante dos indivíduos a partir de diversas estratégias que geraram quatro categorias de análise, a saber: 1) necessidade de atualização com as novidades científicas (culto ao novo e ao tecnológico); 2) aquisição de forma mágica de atributos humanos como meio de diferenciação; 3) liberdade celebrada no consumo; e 4) valorização narcísica na adesão consumista. Subjacente às promessas publicitárias de individualização, diferenciação e promoção de liberdade, detectamos uma lógica consumista homogeneizante e excludente que joga com a falta e o desejo para só assim capturar o consumidor.

A dita individualização e personalização ocorrem de forma massificada, através de produtos homogeneizados, veiculados de modo a interpelar o consumidor de forma individualizada, simulando assim uma pretensa diferenciação. Esta aparência (pseudo) individualizante se constitui em um engodo para a subjetividade humana, pois além de impingir-lhe constantes frustrações, ante a volatilidade e inacessibilidade dos ideais propostos, finda por criar segmentos homogeneizados.

Adorno (1986), em seu ensaio sobre *A Indústria Cultural*, sempre esteve atento à chamadas “formas de produção individual”:

cada produto apresenta-se como individual; a individualidade mesma contribui para o fortalecimento da ideologia, na medida em que se desperta a ilusão de que o que é coisificado e mediatizado é um refúgio de imediatismo e de vida (p. 94).

Portanto, o fato da sociedade ser hoje diferenciada em vários segmentos de mercado, disseminando uma infinidade de produtos, tons, cores etc. não significa, de forma alguma,

liberdade e autonomia. A intensa variedade de produtos não revoga o imperativo básico dessa lógica. Ao contrário, diversifica para melhor submeter. A atitude homogênea de subordinação aos ditames do capital transnacional persiste, acrescida sempre mais da ilusão de atendimento das necessidades “específicas” de cada indivíduo, através de marcas diversificadas. Esta “personificação” serve unicamente de artil para uma maior intensificação do consumo que agora, ainda mais do que antes, atrela a identidade do indivíduo ao seu “estilo” de consumir.

#### REFERÊNCIAS

- Adorno, T. (1986). Indústria cultural. In G. COHN. *Theodor Adorno: Sociologia* (pp. 115-146). São Paulo: Ática.
- Adorno, T. & Horkheimer, M. (1991). *A Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- Adorno, T. & Horkheimer, M. (1978). Indústria Cultural: o iluminismo como mistificação das massas. In L. C. Lima (Org.). *Teoria da cultura de massa* (pp. 159-204). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Baudrillard, J. (2008). *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Edições 70.
- Baudrillard, J. (1981). *For a Critique of the Political Economy of the Sign*. St. Louis: Telos Press.
- Baudrillard, J. (1976). *La Genesis ideológica de las necesidades*. Barcelona: Editorial Anagrama.
- Baudrillard, J. (1993). *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva.
- Corson, R. (1991). *Fashion in hair: The first five thousand years*. London: Peter Owen.
- Costa, J. F. (1986). *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Etcoff, N. (1999). *A Lei do mais belo: a ciência da beleza*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Freud, S. (1980). *Sobre o Narcisismo: uma introdução*. Rio de Janeiro: Imago.
- Jameson, F. (19 de Novembro, 1995). *Falso Movimento*. Folha de São Paulo.
- Lasch, C. (1986). *O Mínimo Eu: Sobrevivência Psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Lasch, C. (1983). *A Cultura do Narcisismo: A Vida Americana em Declínio*. Rio de Janeiro: Imago.
- Lipovetsky, G. (1989). *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Marcuse, H. (1982). *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Rouanet, S. P. (1986). *Teoria Crítica e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Severiano, M. F. V. (2007). *Narcisismo e publicidade: Uma análise psicossocial dos ideais do consumo na contemporaneidade*. São Paulo: Annablume.
- Vigarello, G. (2006). *História da Beleza*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Catálogo L'Oréal Porque você vale muito. 2012. Recuperado em 25 maio, 2012, de <http://www.loreal-paris.com.br/cuidados-com-o-cabelo/mulheres/elseve-nutrigloss.aspx> (Figura 1)

Queiroz Neto, V. P. de & Severiano, M. F. V. Consumo e Subjetividade:  
Uma Análise do Encantamento Narcísico na Publicidade de Coloração Capilar

---

Catálogo Koleston Wella Sinta sua Cor.  
Recuperado em 27 maio, 2012, de  
[http://www.koleston.com/pt-BR/?gclid=CKvZ\\_Jb3obACFcyb7QodhS20Xg](http://www.koleston.com/pt-BR/?gclid=CKvZ_Jb3obACFcyb7QodhS20Xg)

L'Oréal Paris International, 2012. Recuperado em 27 maio, 2012, de  
[http://www.loreal.com.br/\\_pt/\\_br/html/no-ssa-empresa/diversidade-e-uma-prioridade.aspx](http://www.loreal.com.br/_pt/_br/html/no-ssa-empresa/diversidade-e-uma-prioridade.aspx) (Figura 2)

Catálogo Cuide-se Guarnier. Recuperado em 27 maio, 2012, de  
[www.garnier.com.br/\\_pt/\\_br/our\\_products/rangehaircolor.aspx?tpcode=OUR\\_PRODUCTS%5EPRD\\_HAIRCOLOR%5ENUTRISSE%5ENUTRISSE\\_HOME](http://www.garnier.com.br/_pt/_br/our_products/rangehaircolor.aspx?tpcode=OUR_PRODUCTS%5EPRD_HAIRCOLOR%5ENUTRISSE%5ENUTRISSE_HOME) (Figura 3)

Peça Wella New Waves Retirado em 20/05/07 do: <http://wella.com/en-US/home.aspx> (Figura 4)

Recebido: 19/10/2012

Revisado: 15/02/2013

Aprovado: 12/06/2013

O livro *Oswaldo Santos*, coordenado por Walter Melo, faz parte da coleção Memória do Saber, organizada pela Fundação Miguel de Cervantes. Trata-se de um resgate histórico da Comunidade Terapêutica da Seção Olavo Rocha, no hospital de Engenho de Dentro/RJ, criada em 1967, pelos psiquiatras Oswaldo dos Santos e Wilson Simplício. O debate acerca desse trabalho é de suma importância para o momento atual da saúde no Brasil, criando um contraponto para ações como a homologação da Lei do Ato Médico e das internações compulsórias em instituições que, de maneira contraditória, se chamam comunidades terapêuticas.

O livro *Que País É Este?*, organizado pela equipe do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Intervenção em Saúde (NEPIS), editado pelo Espaço Artaud, parte do princípio de que o tema da saúde deve ser debatido por toda a sociedade, não se restringindo ao discurso de especialistas. A equipe do NEPIS, da UFSJ, se pergunta, então, que sociedade é esta? Ou melhor: Que País É Este? Frase que já foi pronunciada por diversos políticos e literatos, que foi tema de filme e estribilho de rock, serve de mote para se pensar diversos aspectos da saúde pública no Brasil.

*Trabalho em equipe na atenção primária à saúde: fundamentos histórico-políticos*, de Marcelo Dalla Vecchia (São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 136 p) encontra-se disponível para download gratuito (<http://www.culturaacademica.com.br>). Tenta compreender, por meio de uma abordagem histórica e política, as contradições e os dilemas que enfrentam os trabalhadores da área de saúde pública. Eles se formam geralmente em meio a modelos biomédicos e individualistas, mas nesse segmento da medicina predomina um candente discurso em defesa do trabalho em equipe e multidisciplinar. No entanto, esse discurso está impregnado de abordagens com viés simplesmente organizativo ou tecnicista. Em tal contexto, saem de foco as necessidades sociais em saúde da população e dos próprios

trabalhadores, gerando a necessidade de se criar espaços coletivos, onde as práticas das equipes possam ser compartilhadas, debatidas e transformadas. O resgate dos fundamentos histórico-políticos do trabalho em equipe na atenção primária à saúde busca se colocar como uma contribuição neste processo.

*Psicanálise e violência: sociedade, juventude e literatura* (Curitiba: Editora CRV, 2013), livro organizado por Ilka Franco Ferrari e Jacqueline de Oliveira Moreira, professoras do Programa de Pós-Graduação da PUC Minas, é fruto de conferências e apresentações em mesas redondas no “1º Congresso Internacional de Psicanálise sobre Violência e Processos Segregatórios: subjetividades e realidade social” (PUC Minas, 2012), em que se encontraram pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Doze capítulos trazem informações e reflexões sistemáticas, fundamentadas em pesquisas e em práticas clínicas.

Em *Gestão social, educação e desenvolvimento local: Instrumentos para a transformação social* (Belo Horizonte: Autêntica, 2012), uma publicação interdisciplinar, as organizadoras, Lucília Regina de Souza Machado e Maria Lúcia Miranda Afonso reuniram escritos de autores de diversos programas de pós-graduação que tratam temas contemporâneos relativos à gestão e à educação. Há reflexões sobre TVs digital interativa, educativa e universitária, sobre gestões pública, comunitária e ergogestão, sobre saúde da mulher, intervenções psicossociais, movimentos e práxis sociais.

*A criança no imaginário social* (São Paulo: Hucitec, 2013) resulta de uma experiência pedagógica em curso sobre Análise do Discurso. Com a coordenação da Profa. Dra. Marília Novais da Mata Machado e da bolsista Prodoc/Capes, Dra. Andrea Soares Wuo, os mestrandos Cláudio Domingos de Souza, Deborah Akerman, Frederico Azevedo Alvim Assis, Hélder Henrique da Silva, Sabrina Simões

Castilho, Yone Maria Andrade Paiva Rogério (Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSJ) analisaram nove utopias, três delas renascentistas e as outras do séc. XX, a fim de explicitarem as concepções sobre criança e adolescente que perpassam a sociedade e contrapô-las às informações históricas e às propostas para a infância e a juventude presentes nas declarações internacionais de direitos da criança de 1924, 1959 e 1989.

[http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo\\_files/DicionarioHistorico.pdf](http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/DicionarioHistorico.pdf) é o endereço, a partir de junho de 2012, para acessar a importante obra de Jacó-Vilela, A. M. (Org.), *o Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago; Brasília. CFP, publicada em 2011. Dentro do projeto intitulado *Memória da Psicologia Brasileira* e com o objetivo de pesquisar, conhecer e preservar a história do desenvolvimento da disciplina e suas práticas, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) apoiou e abrigou a publicação, em 2011, do *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Trata-se de obra vultosa – 547 páginas, 262 autores, nove coordenadores locais, 11 colaboradores, seis técnicos auxiliares, 265 verbetes. A publicação recebeu também o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), editais Procad 2005 e 2007. Seu foco inicial foram as instituições pioneiras, criadas antes de 1980. Se esse critério de seleção auxiliou a redução da quantidade de instituições inicialmente pesquisadas e apresentadas na primeira versão impressa do dicionário, ele excluiu numerosas outras que surgiram depois de 1980. A versão eletrônica, além de democratizar o acesso ao dicionário – o custo da versão impressa é R\$150,00 –, é o primeiro passo para sanar a limitação imposta pela determinação da data limite de 1980. Se ainda agora a nova versão tem a mesma forma e dimensão da edição impressa, não pretende, contudo, se cristalizar. Ela foi imaginada como possibilidade de completar informações, buscar preencher lacunas da vasta pesquisa, abranger as

diferentes regiões do Brasil (os informes, hoje, concentram-se antes no Sudeste e no Sul), aprimorar o detalhamento das divisões regionais das instituições nacionais como conselhos e outras, apresentar novas instituições surgidas pós-1980. Tudo isso, uma vez implantado, garantirá um constante enriquecimento do dicionário como instrumento de consulta e pesquisa. Ele passará a ter um caráter definitivamente instituinte de obra aberta, talvez interminável, com um número sempre indefinido de verbetes.